

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LEILA MACHADO AMORIM

AS RELAÇÕES ENTRE O REINO DO CONGO E O BRASIL
HOLANDÊS NO SÉCULO XVII: O COMÉRCIO DE ESCRAVOS E A
COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS

Recife
2020

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LEILA MACHADO AMORIM

**AS RELAÇÕES ENTRE O REINO DO CONGO E O BRASIL
HOLANDÊS NO SÉCULO XVII: O COMÉRCIO DE ESCRAVOS E A
COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares

Recife
2020

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

A524r Amorim, Leila Machado.
As relações entre o Reino do Congo e o Brasil Holandês no século XVII: o comércio de escravos e a Companhia das Índias Ocidentais / Leila Machado Amorim. – Recife, 2020.
57 f.: il. col.

Orientador: Prof.º Dr.º Pedro Gustavo Cavalcanti Soares.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2020.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Reino do Congo. 3. Brasil Holandês. 4. Comércio de escravos. I. Soares, Pedro Gustavo Cavalcanti. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2020.2-319)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LEILA MACHADO AMORIM

**AS RELAÇÕES ENTRE O REINO DO CONGO E O BRASIL
HOLANDÊS NO SÉCULO XVII: O COMÉRCIO DE ESCRAVOS E A
COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares

Aprovada em ___ de dezembro de 2020

BANCA EXAMINADORA

Rodrigo Santiago da Silva, Doutor em Ciências Políticas, UFPE.

Oswaldo Bruno de Castro Vieira, Mestre em História, Universidade Ca'Foscari de Veneza

Orientador: Pedro Gustavo Cavalcanti Soares, Doutor em Ciências Políticas, UFPE.

Recife
2020

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu orientador Pedro por toda a paciência e incentivo e por ter dedicado seu tempo à minha pesquisa.

Agradeço também à todos os professores da Faculdade Damas da Instrução Cristã por terem feito parte da minha formação e por me inspirarem diariamente.

À minha mãe Rosemary, pelo amor incondicional e por ser meu maior suporte. A meu pai Afonso por ter me ensinado a amar história desde pequena. À minha irmã Laura por sempre estar ao meu lado. Essa monografia não teria sido possível sem vocês no meu dia-a-dia.

Agradeço também à Késsia, minha namorada, por todo amor, apoio e incentivo durante todos esses meses, e por me tranquilizar em diversos momentos de dificuldade.

Aos meus amigos, Carol, Alice e Arthur por me amparem e estarem comigo em todos os momentos desde os anos de colégio.

Por fim, obrigada a todos os bichinhos que fazem parte da minha vida e me acompanharam durante os anos de faculdade: Billy, Nina, Naomi, Pluto, Olivinha, Chico, Malu, Alfredo, Shamu, Jaime, Cornélio, Carlota e Charlotte.

*Where there is great wealth to be had, there
will so often be sorrow.*

Toby Green

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise bibliográfica e historiográfica das relações entre o Reino do Congo e o Brasil holandês no século XVII, dando enfoque ao comércio de escravos. O método utilizado é o qualitativo a partir de revisões bibliográficas. É discutida a inserção do Reino do Congo no mundo atlântico a partir da sua aproximação com os portugueses, o início da sua participação no comércio de escravos, o seu afastamento dos portugueses e sua eventual aproximação com os holandeses, que se destacavam no mundo atlântico devido às suas avançadas técnicas navais. Nesse contexto, o século XVII é visto como o ápice econômico do tráfico de humanos entre o Congo e o Brasil holandês. Todavia, o tráfico traz consequências negativas para ambos os lados, e devido às disputas pelo trono e guerras civis no Reino do Congo e à má gestão da Companhia das Índias Ocidentais e da colônia holandesa no nordeste Brasileiro, o Reino do Congo termina fragmentado e a Companhia das Índias Ocidentais vai à falência, mudando o rumo de ambos os atores. No século seguinte, vemos as consequências diretas dos anos de atuação no comércio de escravos: os reinos que uma vez pertenceram ao Reino do Congo estão enfraquecidos e a Companhia das Índias Ocidentais se volta para o Caribe em uma tentativa de continuar atuando no comércio de escravos. Concluimos que marcas da escravidão perduram nos países que mais atuaram no comércio de escravos até a atualidade.

Palavras-chave: Reino do Congo. Brasil holandês. Comércio de escravos.

ABSTRACT

The main goal of the following essay is to make a bibliographic and historiographical analysis about the international relations between the Kingdom of Kongo and the dutch Brazil in the 17th century focusing on the slave trade. The method used is qualitative based on bibliographic reviews. In this essay it is discussed the insetion of the Kingdom of Kongo in the atlantic world by it's approach with the portuguese, the beginning of Kongo's participation on the slave trave, their withadrawal from the portuguese and their reapproachment with the dutch, who stood out in the Atlantic world due to their advanced naval techniques. The 17th century is therefore seen as the economic summit of the slave trade between Kongo and the dutch Brazil. However the slave trade brought negative consequences for both sides due to constant disputed for the throne and civil wars in Kingdom of Kongo together with mismanagement from the West Dutch Company in dutch Brazil. The Kingdom of Kongo ends up fragmented and the West Dutch Company goes bankrupt, changing the future of them both. In the following century, we notice the direct consequences of the slave trade: the Kingdoms that once belonged to the Kingdom of Kongo are weakened and the West Dutch Company turns itself to the Caribbean in an attempt to continue in the slave trade. We conclude that the aftereffects of slavery can be felt in the countries that acted the most in the slave trade until nowadays.

Key words: Kingdom of Kongo. Dutch Brazil. Slave trade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. O HISTÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO MUNDO ATLÂNTICO NO SÉCULO XVI	11
1.1. A TEORIA DE SISTEMA MUNDO DE WALLERSTEIN	11
1.2 OS ANOS INICIAIS DO NORDESTE BRASILEIRO HOLANDÊS	14
1.3 O REINO DO CONGO, A CHEGADA DOS PORTUGUESES E O INÍCIO DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS NA REGIÃO	17
2. O COMÉRCIO DE ESCRAVOS ENTRE O BRASIL HOLANDÊS E O REINO DO CONGO NO SÉCULO XVII	23
2.1 A COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS	25
2.2 A ASCENSÃO DO COMÉRCIO ESCRAVISTA ENTRE AS DUAS COLÔNIAS HOLANDESAS	30
3. PERSPECTIVAS PÓS SÉCULO XVII	39
3.1 O DECLÍNIO DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS	40
3.2 O COMÉRCIO DE ESCRAVOS NO SÉCULO XVIII	44
3.3 - MUDANÇAS NO REINO DO CONGO DEVIDO AO COMÉRCIO ESCRAVISTA	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

O Reino do Congo foi uma junção dos reinos Ampemba Cassi e Bambata, vindo a se tornar Reino do Congo em 1390, quando teve seu primeiro rei (também chamado de manicongo), Lukeni lua Nimi. Posteriormente, ao entrar em contato com o explorador português Diogo Cão em 1483, o manicongo Nzinga foi convertido ao cristianismo, tornando-se João I do Congo. Durante essa aproximação com Portugal, o Reino do Congo passou a expandir seu território, conquistando reinos vizinhos, além de passar a comercializar o que viria a ser sua principal matéria de exportação: o trabalho escravo.

Com o passar dos anos, surgiram desavenças entre Portugal e o Congo, relacionados ao comércio de escravos e às tentativas dos portugueses em tentar interferir na escolha dos sucessores ao trono do Congo. Isso levou a uma eventual aproximação com os holandeses devido ao alinhamento de seus objetivos. O resultado dessa aproximação fora a expulsão dos portugueses e, posteriormente, na ocupação neerlandesa da região da Angola. Esse acontecimento fora ideal para os batavos, que procuravam mão de obra escrava para poder suprir a demanda de produção de açúcar na sua colônia no nordeste brasileiro. Apesar de estar ativo no comércio de escravos com os portugueses desde o século XVI, foi no século XVII que o maior volume de escravos foi exportado pelos holandeses e pelo Reino do Congo.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é fazer uma análise bibliográfica e historiográfica das relações entre o Reino do Congo e o Brasil Holandês no século XVII, se utilizando da microhistória para o estudo de aspectos mais específicos desse período histórico, dando enfoque ao comércio de escravos e na atuação da Companhia das Índias Ocidentais, trazendo a importância do estudo desse tema para o presente. Já os objetivos específicos são descrever o contexto do Reino do Congo no início da sua atuação no comércio de escravos no Atlântico, analisar o comércio escravista entre o Reino do Congo e o Brasil holandês durante o seu ápice e discutir as consequências dos séculos de atuação no tráfico de escravos para o Reino do Congo e para a Companhia das Índias Ocidentais.

A teoria que vai ajudar a responder o problema de pesquisa é a teoria de sistema-mundo de Wallerstein. Segundo essa teoria, o mundo é dividido entre países periféricos, semi-periféricos e centrais e eles se relacionam entre si baseados em uma divisão de trabalho desigual. Apesar dessa teoria ter sido criada para ser utilizada em um contexto diferente do período colonial, ela ainda pode ser aplicada às relações entre o Reino do Congo e o Brasil holandês enquanto ambos estavam ocupados pelos neerlandeses.

As Relações Internacionais como uma área de estudo anda de mãos dadas com outras áreas das ciências humanas, como a Geografia e a História. A partir dessa constatação, podemos perceber a importância do estudo de ciências sociais como um todo, mas nesse caso em específico a História, para a compreensão das Relações Internacionais. A História de um povo resulta na formação identitária do mesmo. Fatos que ocorrem no passado podem inspirar a criação da política internacional de um povo. É necessário analisar contextos passados para entender cenários atuais e poder possivelmente antever acontecimentos futuros.

A busca por hegemonia e soberania, criação identitária, política exterior e comércio exterior não estão presentes apenas na história contemporânea, mas também nos períodos da história colonial e da história moderna. Vemos muitos trabalhos que estudam a política exterior em tempos mais recentes, mas não são muitos os trabalhos que abordam sobre esse assunto em períodos pré-coloniais e coloniais.

Alex Wendt é um dos principais representantes da teoria construtivista das relações internacionais. Ele defende uma versão mais moderada da teoria do construtivismo, e diz que a construção social é relevante para as Relações Internacionais, de forma que os atores estão inseridos em uma estrutura social e essa estrutura auxilia na formação do mesmo, na mesma medida em que o ator também influencia na formação do meio. Conseguimos afirmar, por sua vez, que fatores como a cultura e a história, microestruturas que situam o meio em que o agente está inserido, podem influenciar nas macroestruturas, como a política externa de um Estado.

Dando importância à forma que as ideias influenciam na maneira que as identidades são formadas, Wendt aborda dois tipos de relações: as causais e as constitutivas, onde ele fala da importância em compreender por que e como certos

eventos ocorreram. Assim sendo, trabalhos que focam na política externa de um país, mesmo que tenha se passado quatro séculos atrás, no caso deste trabalho, ainda são de extrema relevância atualmente.

Percebemos vestígios da consequências da escravidão no mundo até hoje, séculos depois da sua abolição no Brasil em 1888. Isso não ocorreria de forma diferente na Angola. A história do comércio de escravos é um dos fatores históricos que mais marcou o continente Africano, em especial os países que mais se envolveram no tráfico de escravos.

Visto que o tema deste trabalho é majoritariamente de cunho histórico e político, para analisar as relações entre o Reino do Congo e o Brasil holandês no século XVII, a pesquisa será realizada a partir do método qualitativo.

As técnicas utilizadas em conjunto com esse método serão a reconstrução de processos sociais e a análise histórica (ALONSO, 2016, p. 17). Esta é a técnica ideal a ser utilizada para os fins deste trabalho, uma vez que outras técnicas usadas dentro do método qualitativo envolvem a observação dos eventos diretamente, que é impossível de se fazer neste caso devido ao período abordado por esta pesquisa.

Dessa forma, farei uma revisão bibliográfica e me utilizarei majoritariamente de fontes secundárias como livros, artigos e teses de doutorado e mestrado. Também me utilizarei dos dados no site www.slavevoyages.org, um site com grande e vasta base de dados, com diversas estatísticas de viagens transatlânticas que transportavam escravos da África para o mundo, como a quantidade de escravos transportados, a rota utilizada, entre outros.

1. O HISTÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO MUNDO ATLÂNTICO NO SÉCULO XVI

O período do século XVI ao XIX foi marcado pelo estabelecimento de um sistema geoeconômico orientado para o Atlântico, que se apresentava de uma forma triangular: a Europa, África e as Américas estavam conectadas comercialmente.

Para abordar as relações internacionais no mundo atlântico nesse período, faz-se necessário, primeiramente, explicar de que modo a teoria de sistema mundo de Immanuel Wallerstein consegue explicar as relações ocorridas no oceano Atlântico no século XVII.

1.1. A TEORIA DE SISTEMA MUNDO DE WALLERSTEIN

A principal teoria trazida ao meio acadêmico por Immanuel Wallerstein foi a teoria de sistema-mundo. Criada na década de 70, Wallerstein explica essa teoria primeiro afirmando a existência de uma economia mundial, que seria uma economia baseada em uma divisão de trabalho e de troca de bens essenciais (WALLERSTEIN, 2004, p. 23).

Segundo Wallerstein, o sistema mundo é formado por uma crescente economia global estruturada em uma divisão de trabalho desigual: o sistema-mundo seria dividido em periferias, semi-periferias e centros. Os países centrais são os Estados que produzem bens de luxo ou bens industrializados e são fornecidos produtos essenciais pelos países periféricos. São mais fortes, e conseguem impor essa divisão do trabalho aos demais. Enquanto os países centrais impunham a divisão de trabalho, restava às periferias apenas aceitar essa divisão. Os países semi-periféricos têm uma linha de produção misturada, variando de commodities a bens de luxo e tentam sempre não se tornar países periféricos, enquanto almejam ascender ao *status* de país central. Eles tentam alcançar isso com políticas protecionistas. (WALLERSTEIN, 2004, p. 29)

Durante o período de 1450 até 1640, Wallerstein descreve que esse sistema-mundo era restrito à região da Europa. Apesar de ter começado a se

expandir a partir de 1640, o autor ainda assim afirma que a origem da história moderna se dá no século XVI, e que a economia mundial era uma consequência da história moderna (WALLERSTEIN, 2011, p. 16): a transição do Feudalismo da idade média para o capitalismo foi justamente o que resultou no estabelecimento de uma economia-mundo, onde havia um sistema interestatal interdependente conectado por relações de produção e distribuição. Vale aqui salientar também que, apesar de o sistema interestatal ter sido institucionalizado com a Paz de Vestfália em 1648, Wallerstein defende que ele existe desde o desenvolvimento da diplomacia na Renascença na Península Itálica (WALLERSTEIN, 2004, p. 42).

Wallerstein se utiliza de uma definição de capitalismo mais simples, diferente da de Karl Marx para poder aplicar o capitalismo no século XVI. Ele defende que o capitalismo seria nada mais nada menos que um modo de produção que visava a obtenção de lucros. Ao ser expandida para o âmbito global, a economia-mundo também expande o sistema interestatal. (WALLERSTEIN, 2014, p. 90).

A expansão da economia-mundo se dá pelo processo de colonização, onde unidades administrativas que não são fortes o suficiente para serem soberanas e que são mais suscetíveis a serem exploradas, caem na jurisdição de um país de centro que buscava incorporar novas zonas de atuação (WALLERSTEIN, 2004, p. 55).

Para evitar anacronismo, é importante explicar aqui que a teoria do sistema-mundo de Wallerstein é uma teoria montada para analisar um tipo de relação internacional em um período histórico diferente ao período histórico em que foco neste trabalho. A teoria foca no período pós-industrial, e não no período colonial. Porém podemos aplicar partes dessa teoria no momento histórico estudado neste trabalho, com o objetivo de ajudar a responder o problema de pesquisa desta monografia, auxiliando na análise do comércio de escravos entre o Brasil holandês e o Reino do Congo no século XVII. O próprio Wallerstein defende, como vimos acima, que a história moderna se inicia no século XVI, e sua consequência direta é a economia-mundo e o sistema interestatal nela baseado.

Fazendo uma comparação do período histórico aqui estudado com a obra de Wallerstein, podemos estabelecer relações de centro e periferia: nesse contexto de colonização e guerras em busca de territórios que tanto marcou o século XVII, podemos estabelecer as Províncias Unidas como o país de centro, e o Brasil holandês em junção com o Reino do Congo, suas colônias, como países de periferia

que aceitavam o que a Holanda estabelecia para eles, comprando seus bens e servindo como mercado consumidor para eles ao mesmo tempo que os fornecia majoritariamente com açúcar e mão-de-obra escrava.

Immanuel Wallerstein inicia o volume II de sua obra *O Sistema Mundial Moderno* falando sobre o pensamento de vários estudiosos sobre o século XVII. Muitos falam sobre uma diminuição de crescimento após o crescimento acelerado durante o século XVI e que só voltaria a aumentar novamente no século XVIII (WALLERSTEIN, 2011, p. 4). Isso se deu, segundo Wallerstein, devido às mudanças que ocorreram nos âmbitos econômicos e sociais: a expansão da Europa, a criação de um mercado mundial e a emergência do capitalismo. O mundo caminhava aos poucos para uma economia capitalista. Segundo o autor, o sistema mundial moderno se transformou em uma economia mundial capitalista, ocasionando em uma modificação do sistema social. Essa alternância entre períodos áureos e de recessão seria parte de um ciclo repetido diversas vezes ao longo da história, marcado sempre por um crescimento rápido e seguido por um momento de estagnação. O século XVII seria exatamente isso, um período após o rápido crescimento da Idade Média durante o feudalismo e antes do século XVIII, que fora por sua vez marcado também por uma veloz expansão.

Apesar desse contexto de estagnação, as Províncias Unidas (hoje em dia, a Holanda) conseguiram se destacar muito nesse momento, se tornando, segundo Wallerstein, uma hegemonia. Hegemonia, segundo ele, seria um estado de poder superior à uma economia mundial, no sentido que é um Estado capaz de impor leis ao sistema interestatal e dessa forma criar uma ordem política global. É um Estado mais forte não só do que outros Estados fracos, mas também um Estado mais forte que os demais Estados fortes. Segundo Wallerstein existiram três hegemonias na história do sistema mundial moderno, entre elas, a hegemonia holandesa, que se deu entre 1648 e 1660. (WALLERSTEIN, 2014, p. xxii). Porém após todo período hegemônico, o declínio é inevitável. O que acontece após é um balanço de poderes entre os Estados que são fortes de forma similar.

Wallerstein explica as razões pelas quais a Holanda atingiu o status hegemônico. O principal fator, segundo ele, fora a diminuição do custo de produção em diversos setores, principalmente da fabricação de navios, fazendo com que os holandeses conseguissem disputar o domínio do mar com os ingleses. Com o avanço tecnológico naval impulsionado pelo barateamento da produção dos navios,

os neerlandeses conseguiram também se destacar no comércio de peixes, criando “navios fábricas” (*harigbus*) que conseguiam passar mais tempo no mar, além de também conseguir armazenar o peixe por mais tempo (WALLERSTEIN, 2014, p. 39). A produção econômica de navios também faziam com que os salários da tripulação fossem mais baratos, fazendo por sua vez com que os fretes fossem muito mais econômicos do que a média, resultando em uma maior facilidade de exportação dos produtos.

Os holandeses também se destacavam em outras áreas industriais, tais como a agricultura, graças à invenção de moinhos de vento e o crescimento da engenharia de forma geral. Além disso, os holandeses se destacavam também na indústria têxtil. Essas, juntamente com a fabricação de navios, eram as indústrias mais importantes naquele momento. Dessa forma, a Holanda se tornava o maior centro de produção da economia mundial da Europa. (WALLERSTEIN, 2014, p. 46)

Em razão desses fatores, Wallerstein (2014, p. 44) afirma que as Províncias Unidas se sobressaíam em quase todos os setores industriais e por isso não tinham uma competição significativa. Segundo o autor, a Holanda foi o primeiro país a atingir um crescimento auto-sustentado, apesar de estar enfrentando uma guerra de oitenta anos por sua independência contra a Espanha.

Graças a todos esses fatores e outros, a Holanda conseguiu se espalhar mundialmente, alcançando a Índia, o Mediterrâneo, a África, o Caribe e a América, devido à sua atuação na Companhia das Índias Orientais e a Companhia das Índias Ocidentais.

1.2 OS ANOS INICIAIS DO NORDESTE BRASILEIRO HOLANDÊS

Após entendido a teoria que vai nos ajudar a responder nosso problema de pesquisa, damos continuidade com a nossa análise sobre o contexto do mundo Atlântico antes do século XVII.

Os holandeses tinham seus motivos para querer invadir o nordeste brasileiro, apesar do mundo atlântico no século XVI já estar sendo protagonizado pelos portugueses. A posição geográfica privilegiada do Recife dava fácil acesso aos demais territórios brasileiros, além do acesso ao mar ser de grande importância para este momento histórico. A abundância de açúcar na região era essencial para o abastecimento das refinarias neerlandesas e para a liderança do comércio

açucareiro. Esse lucro seria o suficiente para custear a ocupação da colônia. (BOXER, 2004, p. 19).

Uma documentação interessante de observar é um panfleto publicado em 1624 por Jan Andries Moerbeek, chamado “Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil, e isso o quanto antes”. Neste panfleto, o autor cita vinte e uma razões pelas quais a Holanda deveria invadir o Brasil. Segundo ele, os holandeses seriam bem recebidos por grande maioria da população portuguesa, já que eles também eram inimigos dos espanhóis. Moerbeek também afirma que seria confiscada uma grande quantidade de terra, resultando em muito capital que antes deveria ser recebido pela Espanha e que agora seria recebido pela Companhia das Índias Ocidentais. Ele também escreve que guerra não seria longa, e seria compensada por pilhagens. Recife e Salvador também não tinham fortalezas, fator que, segundo ele, facilitariam a invasão. O autor estimava que poderia ser levado à Holanda do Brasil 60.000 caixas de açúcar por ano, que resultaria em um lucro de 53 toneladas de ouro. (MELLO, 2010, p. 24)

Como veremos mais adiante, nem todas essas razões viriam a se tornar realidade: Salvador demorou um ano para ser conquistada e não obteve lucro tão alto. Além disso para conquistar Pernambuco levaram cinco anos.

Com o sucesso da criação da Companhia das Índias Orientais (em holandês *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* ou VOC), a Companhia das Índias Ocidentais (em holandês *West-Indische Compagnie* ou WIC) foi criada. A maior diferença entre as duas, é que enquanto a VOC era controlada por mercadores de Amsterdã, a WIC era formada por calvinistas ligados ao grupo orangista. A WIC fazia parte, dessa forma, de uma “facção de guerra”, agindo de forma muito mais agressiva do que a VOC: Apesar do objetivo da WIC ser o comércio com a África e com as Índias Ocidentais (Américas), seus diretores preferiam a guerra ao comércio (KLOOSTER, 2016, p. 31). Vale salientar que o objetivo da WIC não era somente econômico, mas também religioso: outro propósito que a WIC tinha era a implantação do calvinismo na colônia.

A WIC demora um pouco a ser criada em razão do receio por parte do Governo Geral dos Países Baixos de que a sua criação desse a entender que eles estavam buscando uma confrontação direta com a Espanha. Isso seria uma violação direta do chamado Tratado de Doze Anos estabelecido entre a Espanha e os Países

Baixos após a Guerra de Oitenta Anos. Após a expiração do contrato, a Companhia das Índias Ocidentais é oficialmente criada, em 1621.

A Companhia das Índias Ocidentais era presidida pelo Conselho dos XIX (*Herren XIX*). Sendo o principal órgão da WIC, ele gerenciava as possessões neerlandesas no nordeste brasileiro. A WIC tinha também diversos outros órgãos, tais como o Conselho de Guerra e o Conselho da Marinha, comprovando o alto grau de complexidade da WIC (NASCIMENTO, 2004, p. 73). Se esperava que os lucros da Companhia das Índias Ocidentais fossem ser maior ou igual ao lucro que a Companhia das Índias Orientais experienciou na Ásia.

Após uma tentativa frustrada de tentar tomar a Bahia em 1624, no ano seguinte, Salvador foi finalmente ocupada pelos holandeses. A conquista foi lucrativa, especialmente quando uma esquadra sob o comando de Piet Heyn apossou-se em 1628 de uma frota ibérica com prata. Esse acontecimento serviu para pagar os acionistas da Companhia das Índias Ocidentais e custear o projeto contra o Brasil: a conquista da capitania de Pernambuco e de outras capitanias vizinhas (Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte).

Nos fins de 1628 e início de 1629, é tomada a decisão de atacar Pernambuco. Com a defesa de Pernambuco despreparada, a resistência foi relativamente curta. Diedrick van Waerdenburch, responsável pelas forças de terra, relatou o ataque dizendo que às quatro horas da tarde, ele já era o senhor da cidade. (MELLO, 2010, p. 46)

A conquista total do nordeste durou sete anos de guerra contínua: de 1630 a 1632 ocorre o que Evaldo Cabral de Mello chama de impasse militar: a falta de recursos por parte da Espanha fazia com que ela não tivesse condições de investir muito em guerras. Dessa forma, o que marcou o período foi a “guerra lenta”, de caráter majoritariamente defensivo por parte dos espanhóis: eles tentavam impedir o acesso dos holandeses ao rio Capibaribe que era o distrito açucareiro mais próspero do nordeste. Esse método foi aplicado por Matias de Albuquerque (MELLO, 2010, p. 59). Enquanto isso, a estratégia dos holandeses era se assenhorear das praças-fortes do litoral, pois achava que as posses iriam dar-lhes o controle de toda a região, juntamente com o bloqueio naval.

O impasse foi rompido pelos holandeses em 1632, quando eles percebem que essa estratégia não seria o suficiente e começam a realizar ataques terrestres no interior da capitania. Esse seria o que Evaldo Cabral de Mello chamaria de

“guerra do mato”. Se adentrando pelo interior, os holandeses foram alcançando outras cidades do nordeste, como Itamaracá, Cabo de Santo Agostinho e Paraíba.

Durante os sete anos do governo de João Maurício de Nassau-Siegen (1637-1644) reinou uma relativa paz entre dois períodos de guerra. Essa foi a chamada Idade de Ouro do período holandês. Ele foi responsável pela organização administrativa do Brasil holandês e a reativação da economia açucareira, o que geraria necessidade de mão-de-obra barata, e, a melhor solução para este problema seria o comércio de escravos. Foi isso que resultou na conquista da região de Elmina, por exemplo, território até então português na África ocidental, e também com a conquista de Luanda em 1641.

1.3 O REINO DO CONGO, A CHEGADA DOS PORTUGUESES E O INÍCIO DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS NA REGIÃO

A região do Reino do Congo era coberta por pequenos reinos e chefias. O Reino do Congo teve origem na chefia vungu. O chamado pai do Reino do Congo, Nimi Lukeni, fundou Mbanga Kongo na localização do atual São Salvador. A partir de conquistas e formação de aliança com os reinos vizinhos, o Reino do Congo cresceu. Apesar de não ter uma data certa para a criação do Reino, estudiosos acreditam que sua fundação tenha se dado entre 1300 e 1400 (UNESCO, 2010, p. 650).

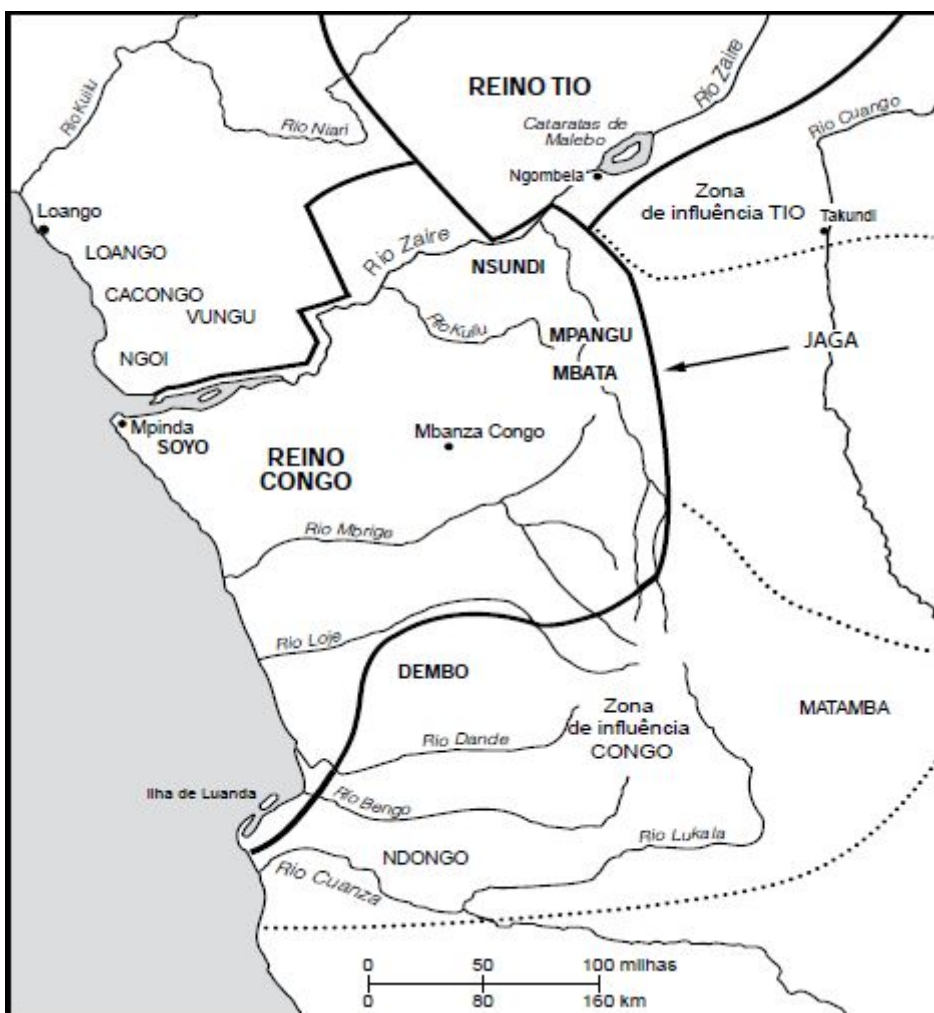


Figura 1: O Reino do Congo e seus vizinhos (Fonte: UNESCO, 2010)

Entre os séculos XV e XVI, o Congo era o único Estado capaz de exercer sua hegemonia na região do mar até o rio Cuango. O Reino do Congo influenciava diversas entidades políticas próximas e arrecadava seus tributos. Estima-se que o Reino do Congo possuía 2 milhões de habitantes (UNESCO, 2010, p. 652).

O Congo era formado pela cidade principal Mbanza Kongo e pelo campo. Nesse território, coexistiam três camadas sociais bem definidas: a nobreza, os aldeões e os escravos. Os nobres viviam em grande parte nas cidades. A alta nobreza era formada pelos parentes do rei atual ou de seus predecessores. Outros cargos altos, como da administração fiscal também eram indicados pela realeza. O conselho real era formado por 12 membros que representavam os clãs dos avós do rei (UNESCO, 2010, p. 652).

Apesar disso, o governo era fortemente centralizado. Isso ocorria porque, apesar de existirem diversos governadores, o rei poderia demiti-los a qualquer

momento. A nobreza não tinha cargos hereditários e o rei controlava a emissão da moeda: conchas *olivancilaria nana*, denominadas *nzimbu*, vindas da ilha de Luanda.

Vários autores acreditam que os portugueses foram bem recebidos pelo povo do Congo ao lá chegarem em 1482. Alguns historiadores defendem que isso se deu pelo fato de, ao verem pessoas brancas chegando no horizonte, o povo que habitava da foz do Zaire (segundo maior rio da África e local onde Diogo Cão, navegador português, ancorou em Mpinda quando primeiro chegou ao Reino do Congo) achou que viram seus ancestrais ou espíritos da água (SILVA, 2011, p. 279). Porém, alguns autores discordam desse fato. Apesar de em um primeiro momento eles talvez tenham confundido os portugueses com alguma divindade, não deve ter demorado muito para os congolezes perceberem que os portugueses morriam como qualquer ser humano e logo devem ter notado que aqueles seres eram na verdade apenas humanos.

Ao chegar lá, Diogo Cão foi bem recebido pelo senhor de Sônio, província que ficava a noroeste do reino do Congo. Ao regressar para Portugal levou consigo quatro congolezes, prometendo que os devolveria em breve. Diogo Cão os trouxe de volta em 1485, com os congolezes falando português e vestidos como europeus. Um deles foi enviado ao manicongo Nzinga a Nkuwa levando presentes, com o intuito de contar ao manicongo sobre o Reino de Portugal. Ele relatou sobre seus diferenciados recursos técnicos e ficou óbvio que, se o povo do Congo dispusesse dessas tecnologias, conseguiriam ser muito mais poderoso que os reinos ao redor deles. (SILVA, 2011, p. 280). Esse fato resultou na rápida aproximação dos congolezes com os portugueses. O manicongo enviou uma embaixada que viajou nas embarcações de Diogo Cão com o objetivo de pedir ao rei de Portugal uma educação para os nativos do Reino do Congo, para que quando eles estivessem formados pudessem compartilhar seu conhecimento com o resto do povo. A embaixada também requisitava que fossem enviados padres para que pudessem ensinar a religião no Reino do Congo, além de mestres de ofício. Não só estes, mas D. João II também enviou em três navios agricultores, pedreiros, carpinteiros e até mulheres portuguesas para que as mulheres nativas do Congo aprendessem a cuidar de uma casa “à moda lusitana” (SILVA, 2011, p. 281).

Nesse contexto, o manicongo ordenou os súditos a se juntarem aos portugueses para erguer uma igreja de pedra e cal. Entretanto por ter que sair com

urgência para uma campanha militar contra os angicos do lago Malebo, foi improvisado um altar e lá foi batizado como João, tornando-se D. João I.

O acolhimento do cristianismo pelos congoleses foi facilitada pelo fato de existirem muitas semelhanças entre a crença dos nativos e o cristianismo europeu. Por exemplo, para a crença religiosa do povo congolês, também se acreditava em um poder divino que regesse as naturezas. Os cultos também eram similares, e também acreditavam em vida pós a morte (SILVA, 2011, p. 285). Aparenta ao autor que, por exemplo, Nzinga a Nkuwa tenha se convertido por saber que a conversão seria a única forma efetiva de se aproximar dos portugueses. Já o herdeiro de Nzinga a Nkuwa, Mbemba Nzinga, mostrou-se mais devoto do que seu pai. Porém, os costumes lusitanos não agradaram a todos. Algumas normas e regras trazidas pela sociedade europeia afetavam principalmente a aristocracia do Reino do Congo, por ser baseada em poligamia. Devido a isso, acredita-se que ele tenha deixado de ser D. João I e voltado a ser Nzinga a Nkuwa posteriormente (SILVA, 2011, p. 286).

Após a morte de Nzinga a Nkuwa em 1506, foi seu filho Mbemba Nzinga (D. Afonso) que subiu ao trono. Ele era muito mais próximo da cultura europeia e do cristianismo, dando a entender aos historiadores que ele almejava “[...] fazer do seu país uma cópia de Portugal”, porém fazendo mudanças lentas para evitar revoltas. (SILVA, 2011, p. 286).

Apesar do interesse do rei do Congo em investir em cooperação externa, fazê-lo era difícil, uma vez que ir a uma região que causava a morte de grande parte dos recém chegados não era muito desejada por líderes de outros países.

Grande parte da população estava envolvida de alguma forma no comércio, especialmente no de escravos, incluindo missionários, padres e frades, seja por necessidade, ambição ou cobiça (SILVA, 2011, p. 287).

Antes do comércio de escravos ser impulsionado pela chegada lusitana no continente africano, já existia a classe de escravos no Reino do Congo. Todavia era uma classe de escravos doméstica. As pessoas viravam escravos devido a dívidas ou por serem prisioneiros de guerra.

Segundo Silva (2011, p. 289) não demorou muito para escravos começarem a serem utilizados como moeda de troca. Logo eles passaram a ser usados pelo manicongo para pagar ao rei português pelos navios portugueses. Mas logo os portugueses que passaram a morar no Congo e que até então eram pagos pelos seus serviços em cobre, pele ou em *zimbo* (pequenas conchas colhidas nas praias

que eram usadas como moeda de troca), logo começaram a exigir que fossem pagos com escravos também. Com uma maior demanda de escravos, o manicongo mudou sua política de guerra, sendo menos amigável em conflitos e passando a adotar uma participação mais violenta em combates, com o objetivo de trazer mais prisioneiros de guerra que podiam ser escravos. Isso ocorreu por exemplo em 1513, quando D. Afonso I trouxe de volta de sua batalha contra Munza, rei dos ambundos, 410 prisioneiros, e os portugueses mais 190. Do total, 320 foram embarcados para Portugal. (SILVA, 2011, p. 292)

Outro evento que mostra o desejo de Portugal cada vez maior por um crescente número de escravos foi quando começaram a ser aplicadas restrições no comércio de escravos que já existia entre o Reino do Congo e a Ilha de São Tomé anteriormente. Em 1493, a Ilha de São Tomé havia recebido do rei de Portugal o privilégio de comercializar livremente no Congo. Dessa forma, o Congo era visto pelos são-tomenses como um lugar para aquisição de escravos baratos. Ao ser espalhada a notícia de um decreto de um monopólio comercial dos portugueses com o Reino do Congo que afirmava que somente os lusitanos poderiam comercializar escravos no território congues, a notícia não foi aceita pacificamente pelos comerciantes da Ilha de São Tomé. Apesar do recém instituído monopólio português sobre o comércio de escravos, este crescia cada vez mais. E isto trouxe vários perigos para o Reino do Congo.

As guerras tornaram-se mais frequentes, as pessoas eram presas e condenadas à escravidão pelos mais simplórios motivos. Nobres se atacavam com o intuito de roubar escravos de outros nobres. Criança (até mesmo filhas de nobres) eram sequestradas frequentemente e embarcadas para São Tomé. Devido a isso, em 1526, D. Afonso I escreve ao monarca de Portugal dizendo que gostaria de cessar a exportação dos escravos de suas terras e que de agora em diante só viriam ao Reino do Congo professores e sacerdotes.

Vale salientar que o desejo de parar com o tráfico de escravos não era por D. Afonso ser contra a escravidão, mas sim contra a escravidão de congueses. Assim, D. Afonso I tentou controlar o comércio de escravos, aplicando uma maior fiscalização: a partir de agora, o comércio com portugueses que envolvesse escravos deveria ser realizado apenas em Mbanza Congo ou em Mpinda (CORREIA, 2012, p. 64). Isso resultou em um escoamento do tráfico para os

pumbos (ou mercados) às margens do lago Malebo, reduzindo o número de congolezes traficados. (SILVA, 2011, p. 294)

Nesse contexto, houve uma desaceleração no crescimento do Reino do Congo, dado tanto pela pausa no setor da economia mais forte do Reino tanto quanto o crescente desinteresse de Portugal pela região, uma vez que estavam muito mais interessados pelo Índico. Outro fator para isso foi a grande instabilidade política devido à frequentes disputas pelo trono, gerando guerras civis e revoltas. Para completar, a invasão de jagas, um grupo nômade africano, terminou quase derrubando o Reino (SILVA, 2011 p. 311). Todos esses fatores fizeram com que lugares próximos ao Reino do Congo que antes competiam com ele pelo monopólio de escravos, agora virassem um local mais atrativo para o comércio escravista. Foi isso que aconteceu por exemplo com a construção de Luanda, em 1560. Com a redução do comércio em Mpinda, porto da cidade de Sonho, Luanda ficou mais aberta aos holandeses, com quem desenvolveram uma forte aliança, despertando raiva nos portugueses, que tentaram diversas vezes uma reaproximação para restabelecer o monopólio. O rei do Congo, D. Álvaro III, não era a favor dessa aliança. Porém os contatos entre os congolezes e os batavos tornavam-se cada vez mais fortes (CORREIA, 2012, p. 96).

A atuação dos holandeses na África aos poucos ia se expandindo, causando receio aos portugueses. Para os batavos, conquistar alianças na África era muito vantajoso, pois assim tinham mercado para seus produtos. No território africano, podiam plantar açúcar e conseguir escravos para as Índias e para o Brasil. (CORREIA, 2012, p. 99)

2. O COMÉRCIO DE ESCRAVOS ENTRE O BRASIL HOLANDÊS E O REINO DO CONGO NO SÉCULO XVII

Como vimos no capítulo anterior, ao longo do século XVI o Reino do Congo tomou medidas drásticas para se aproximar dos portugueses, incluindo mudar sua própria religião e submeter seu povo a um estilo de escravidão mais exorbitante do que os que os congoleses estavam habituados, visando um rápido desenvolvimento econômico resultante dessa relação. O Reino do Congo também buscou influência perante outros reinos africanos próximos.

Essa aproximação tem como resultado uma forma de globalização que é citada por Toby Green (2019, p. 207): podemos ver as consequências dessa aproximação tanto no âmbito cultural quanto no âmbito social. Vemos tradições como a dos quilombos se espalhando e chegando até o Brasil, assim como o consumo de mandioca.

Essa globalização teve também impactos negativos, como o início do declínio do Reino do Congo: a expansão do Estado, que veio da escravidão, sucedeu um grande sentimento de ressentimento, gerando diversas revoltas que desestabilizaram a monarquia. Ademais, a importação de luxos - tais como os próprios escravos - por parte da elite fizeram com que comerciantes de escravos adentrassem a África Ocidental, que se utilizavam da moeda do Reino do Congo (as conchas *nzimbu*). Devido ao aumento de importações o valor do *nzimbu* caiu muito no século XVII. Outro fator que resultou na desvalorização do *nzimbu* foi o fato dos portugueses terem conquistado Luanda, área onde as conchas de *nzimbu* eram pescadas. Além disso os portugueses também importavam as conchas de Salvador e do Rio da Prata, resultando em inflação devido ao excedente de moeda e o déficit de bens disponíveis. Estima-se que em 1619 o *nzimbu* valia um quinto do seu valor em 1615. As dívidas só poderiam ser pagas a partir do comércio de escravos (GREEN, 2019, p. 246).

Com a deprecação da principal moeda do Reino do Congo, os manicongos tentaram de todas as formas preservar as vantagens da elite. Isso também foi um dos motivos que resultou na aproximação com a Holanda.

Outro acontecimento que também foi um golpe considerável para a economia do Reino do Congo no século XVII foi a desvalorização da exportação de tecidos. Os

tecidos chamados *cundis* eram uma das principais exportações do Reino do Congo nas primeiras décadas do século XVII, principalmente por causa das tentativas dos congolezes em se afastar do comércio de escravos. Com a chegada dos holandeses em Loango em 1595, os neerlandeses estabeleceram um posto para trocar tecidos conhecidos como *libongos* para Luanda, trazendo concorrência para os tecidos do Reino do Congo, em junção com os tecidos indianos também trazidos pelos holandeses graças à atuação da Companhia das Índias Orientais. Além disso os *cundis* eram tecidos frequentemente falsificados. Devido a todos esses elementos, esse material que também começou a ser visto como moeda de troca, também terminou por perder seu valor. (GREEN, 2019, p. 249)

Apesar desse declínio econômico, essas pressões não diminuíram nem enfraqueceram o âmbito cultural da sociedade congoleza. Foi justamente no século XVII que os cativos angolenses levados ao Brasil começaram a se reunir e criar quilombos, entre eles o quilombo dos Palmares que ajudou a tecer a identidade da cultura afro-brasileira (GREEN, 2019, p. 255).

No século XVII o Reino do Congo estava ainda mais próximo de Portugal devido ao comércio de escravos. Porém cada vez mais os holandeses pareciam ser parceiros comerciais mais atraentes. Houve um afastamento entre os congolezes e os portugueses principalmente devido ao comércio de escravos exacerbado que começara a escravizar também congolezes devido às plantações de São Tomé. Afonso I inclusive escreve em uma carta sobre essa situação:

“[...] muitas de nossas pessoas, ávidas pelo desejo que elas têm pela mercadoria e objetos de seus Reinos que a sua gente traz aqui, e só para satisfazer seu apetite voraz, rouba várias de nossas pessoas que são livres e protegidas. E aconteceu várias vezes que eles roubaram nobres e filhos de nobres, e nossos próprios parentes, e os vendeu para homens brancos que estão em nossos Reinos: e ainda os levou escondidos e na noite, para não serem descobertos. Assim que eles estão nas mãos desses homens brancos eles são marcados a fogo e presos a ferros.” (GREEN, 2019, p. 233, tradução nossa)

O comércio de escravos já era bem presente desde o século XVI. Em 1516, 4.000 pessoas escravizadas foram despachadas do porto de Mpinda e os números se mantiveram estáveis na década seguinte. Em 1548 o número teria crescido para 6.000 e já não haviam mais navios o suficiente para carregar os escravos para as

Américas. (GREEN, 2019 p. 233) Esses números viriam a crescer ainda mais ao longo do século seguinte.

2.1 A COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS

A criação da Companhia das Índias Orientais e Ocidentais foi uma consequência direta do processo de independência das Províncias Unidas do domínio espanhol. As companhias têm origem em uma tendência na Europa Ocidental que surge na metade do século XVI chamada de sociedades de capitais (*Joint Stock Companies*, ou sociedades por ações). Essas sociedades estavam presentes na Inglaterra e na França também, e sua associação com o Estado foi o que as fizeram ser bem sucedidas: elas eram vistas como Estados dentro de Estados, tendo uma independência muito maior do que outras sociedades de capitais de outros países cujas sociedades de capitais não foram tão bem sucedidas quanto as holandesas.

Podemos fazer uma comparação com as companhias multinacionais do século XX:

“Assim como as companhias multinacionais do século XX, as companhias dos séculos XVII e XVIII compartilham características semelhantes como o grande volume de transações e os mecanismos de controle administrativo para manter-se bem informadas e reduzir os custos das transações internacionais.” (NASCIMENTO, 2008, p. 74)

No século XVI os holandeses se lançaram ao oceano Índico, seguindo as tendências portuguesas, visto que Portugal já se fazia muito presente na Ásia nesse período. Dentro desse contexto surge a Companhia das Índias Orientais em 1602. Não demorou para que várias possessões portuguesas caíssem sob domínio batavo. Com o sucesso da VOC, foi criada a Companhia das Índias Ocidentais, com o objetivo de conquistar os territórios portugueses no Atlântico. Porém como veremos mais adiante, esta não seria tão bem sucedida quanto sua irmã. Como vimos no primeiro capítulo, Wallerstein as diferencia principalmente devido aos seus objetivos: a Companhia das Índias Ocidentais era voltada mais à guerra. Mas independente disso, as duas companhias tinham o mesmo princípio: o lucro a partir do comércio mas, se necessário, haveria guerra. (NASCIMENTO, 2008, p. 76)

A iniciativa do movimento que resultou na fundação da Companhia das Índias Ocidentais deve-se a Willem Usselinx (1564-1647), um comerciante, diplomata e

investidor holandês que trouxe aos olhos de muitos a importância da conquista do Novo Mundo. Sua ideia central era de fundar colônias agrícolas nas Américas. Ele defendia que, caso fossem bem administradas, poderiam oferecer grandes lucros à Holanda. Ele afirmava que o método mais eficaz para promover a navegação holandesa e expandir seu comércio para o Atlântico seria a partir da colônia de povoação e não de exploração.

Usselincx teve algumas ideias muito inovadoras para o momento histórico em que viveu. Por exemplo, ele defendia que o trabalho escravo era degradante, e que haveria um lucro muito maior com o trabalho livre. Ele argumenta também que os ameríndios eventualmente se juntariam aos holandeses por eles oferecerem bens mais diversificados que os portugueses, e que por isso iriam demonstrar interesse em trabalhar em troca de salário. (BOXER, 2004, p. 5)

Porém seu projeto de forma geral não foi bem recebido pelos Estados gerais, que visavam a exploração das colônias portuguesas e espanholas. Isso ocorreu porque o intuito dos holandeses era a destruição do seu inimigo de longa data, a Espanha. E o único jeito de atingi-lo seria através da guerra e invasão de territórios ibéricos, e não a invasão de outras regiões que não pertenciam à União Ibérica.

A Companhia construída foi totalmente diferente do que havia sido visionado por Usselincxs. O objetivo da WIC não era uma cooperação visando uma colonização pacífica, mas sim a colonização e o comércio mediante a conquista. Segundo Boxer (2004, p. 9): “Em muitos pontos era ela moldada pela Companhia das Índias Orientais, mas o lado comercial de suas atividades estava subordinado aos interesses navais e militares.” É importante frisar que o objetivo da WIC também não era somente comercial. Outra intenção era a conversão dos nativos e a implantação do calvinismo.

A Concessão de 3 de junho de 1621 daria à Companhia, durante 24 anos, o monopólio do tráfico e da navegação, além da conquista do comércio em diversas regiões:

[...] em todas as terras situadas, num lado do Atlântico, entre a Terra Nova e o Estreito de Magalhães, e, no outro lado, entre o trópico de Câncer e o cabo da Boa Esperança. No oceano Pacífico a esfera de ação da Companhia estendia-se da costa ocidental da América à extremidade oriental da Nova Guiné. (BOXER, 2004, p. 10)

A WIC foi autorizada a fazer alianças com as colônias e os seus naturais, construir fortificações, nomear governadores, funcionários e juizes, possuir tropas, guarnições e navios. Poderiam também estabelecer colônias em locais despovoados e eram instruídos a fazer de tudo para potencializar o lucro e o comércio.

Após sua criação, a Companhia das Índias Ocidentais permaneceu entre 1624 e 1625 tendo sua sede em Salvador, que na época era sede do Governo Geral do Brasil. A partir da conquista de Recife e Olinda, fixou-se lá em 1630. Porém o nordeste Brasileiro não era a única área a ser conquistada pelos batavos. Eles também tinham interesse em Angola devido ao comércio de cativos e do Rio da Prata devido aos metais preciosos. (NASCIMENTO, 2004, p. 53)

Para a compreensão da Companhia das Índias e sua atuação, é importante também entender o seu funcionamento:

Subdividida em câmaras de comércio, a WIC era presidida pelo Conselho dos XIX, dos quais outro representavam a Câmara de Amsterdam, quatro a da Zelândia, dois a de Mosa (Rotterdam), dois para o Distrito do Norte (Hoorn e Frísia), dois para a cidade e distrito de Groningen e um décimo nono nomeado para representar os Estados Gerais. (NASCIMENTO, 2004, p. 58)

Organograma 1 - O Conselho dos XIX



Fonte: NASCIMENTO, 2004, p. 73

Existia um regimento, e nele se encontravam as normas e os procedimentos quanto às relações comerciais e também sobre a administração civil das colônias

que seriam conquistadas. Foi instalado em Pernambuco o *Politique Raden* (Conselho Político) em 1630 que seria uma forma de administração superior da conquista neerlandesa. As atribuições desse Conselho foram definidas de forma que ele fosse superior ao corpo militar, que seria uma reminiscência do autoritarismo espanhol, fato que mais tarde traria problemas para a administração holandesa no Brasil.

O poder da Companhia das Índias Ocidentais estava fortemente concentrado nos diretores e nos *Herren XIX*, trazendo desgosto aos acionistas que tinham investido capital para a criação da Companhia das Índias Ocidentais e que também queriam algum tipo de controle sobre a atuação da WIC. Devido a isso os investimentos pararam de chegar na WIC. Apesar das tentativas dos Estados Gerais de animar os subscritores para investir capital na criação da WIC, de forma geral, a comunidade mercantil resistiu muito aos seus apelos. Porém eventualmente conseguiu-se juntar o capital necessário (especialmente devido a investimentos vindos do exterior) e os primeiros navios da Companhia das Índias Ocidentais foram lançados ao mar. Apesar da ideia de Usselincx que o melhor seria atacar primeiro colônias espanholas, o plano de atacar o Brasil dos *Herren XIX* foi mais bem aceito, uma vez que os portugueses eram mais fracos militarmente do que os espanhóis. Ademais, se acreditava que o Brasil poderia dar muitos empregos para holandeses que estavam dispostos a tentar a vida no Novo Mundo. Além disso, devido à posição estratégica do Brasil, seria fácil interceptar navios espanhóis e portugueses e roubar tesouros. (BOXER, 2004, p. 21)

Uma das personalidades mais famosas na Companhia das Índias Ocidentais é sem dúvida, a de Maurício de Nassau. Ele foi o último governador-geral do Brasil, além de capitão e almirante, sendo assim também governador e comandante-chefe das possessões da Companhia das Índias Ocidentais. Uma das suas principais preocupações fora o debate entre o monopólio da Companhia das Índias Ocidentais e o livre comércio. O monopólio foi rompido em 1630, em um momento quando todos os habitantes das Províncias Unidas poderiam participar do comércio com tanto que se utilizassem somente de navios da Companhia das Índias Ocidentais.

Os defensores do monopólio eram em grande parte os acionistas da Companhia das Índias Ocidentais, e eles afirmavam que a Companhia tinha perdido tanto dinheiro para a conquista do nordeste do Brasil que o lucro dela proveniente deveria ser exclusivo à WIC. Por outro lado, a Câmara de Amsterdã defendia o livre

comércio, argumentando que o Brasil teria que ser totalmente colonizado, e para isso era necessário que europeus imigrassem para lá. Mas que povo imigraria para um país onde não poderia comercializar livremente? Ademais, a indústria do açúcar dependia dos portugueses que já estavam morando no Brasil, e uma cooperação com eles seria imprescindível. (BOXER, 2004, p. 109)

Maurício de Nassau terminou pendendo para a argumentação do livre comércio, concordando que o monopólio seria a ruína da Companhia. Assim, após um ano de negociações, foi feita uma promulgação em 29 de abril de 1638:

Dispunha em essência o novo ajuste que a Companhia devia chamar a si a parte do comércio com o Brasil referente aos negros escravos, ao pau-brasil e às munições, permitindo-se por outro lado o livre comércio mediante licença a todos os habitantes das Províncias Unidas que fossem acionistas da Companhia das Índias Ocidentais. Aos moradores das capitanias conquistadas, embora não fossem acionistas da Companhia, permitir-se-ia comercializar em pé de igualdade com os súditos das Províncias Unidas, desde que houvessem aplicado todo o seu capital nos engenhos. (BOXER, 2004, p. 115)

Os holandeses que trabalhavam no Brasil para a Companhia das Índias Ocidentais se chamavam *dienaaren* e os que não faziam parte da WIC eram chamados de *vrijluiden*. Entre os *dienaaren* estava o pessoal do Supremo e do Secreto Conselho, o Conselho Político, o Conselho de Justiça e o Conselho Financeiro. Esses conselhos foram criados em 1637 por Maurício de Nassau e substituíram as câmaras portuguesas. Eram formados por um chefe holandês e delegados portugueses escolhidos pelo governador geral. Apesar de não se esperar que muitos destes atuariam no comércio privado, muitos deles entraram nesse comércio. Já os *vrijluiden* (cidadãos livres) eram em grande maioria soldados que já haviam concluído seu tempo de serviço e que tinham se casado ou se estabelecidos como pequenos proprietários. (BOXER, 2004, p. 185)

A Companhia das Índias Ocidentais teve grandes perdas devido aos gastos da guerra de conquista do nordeste brasileiro, causando um declínio econômico em 1636 conhecido como *anos terribilis*. A Companhia falhou na entrega de mantimentos ao exército batavo logo no início da guerra, resultando em diversas mortes e descontentamento por parte da população com a WIC. Isso também contribuiria para o início de sua decadência, que abordaremos no capítulo seguinte.

O tráfico negreiro foi uma das principais fontes de renda da Companhia, apesar de que, segundo Boxer (2004, p. 194), “[...] embora se dissesse que ele seria ainda mais importante se esta fosse melhor administrada”. Em relatório escrito em 1640, foi dito aos *Herren XIX* que os produtos de solo só poderiam ser obtidos e armazenados a partir do trabalho de negros. Foi um comércio especialmente lucrativo porque em diversas partes da África os escravos eram comprados pelos holandeses por bugiangas equivalentes a 65 florins e eram revendidos no Brasil por 200 até 800 florins dependendo da idade, sexo e condição.

Os escravos eram frequentemente vendidos pela Companhia a crédito. Os pagamentos eram feitos em açúcar durante a safra. Era comum que os lavradores não pagassem o valor inteiro ou demorassem muito a pagar. Devido a isso, os *Herren XIX* decretaram em 1644 que os escravos só poderiam ser vendidos a dinheiro. Como os lavradores não poderiam pagar à vista, o preço dos escravos caiu drasticamente. Maurício de Nassau disse, inclusive, que eles foram vendidos em Recife por um preço inferior ao que eles haviam sido comprados em Luanda. Os judeus que moravam em Recife e tinham dinheiro para pagar à vista compraram os escravos e os vendiam novamente por três ou quatro vezes o valor que haviam pago, aceitando que o pagamento fosse feito em prestações ou em açúcar, ao contrário da Companhia. (BOXER, 2004, p. 194)

Sendo assim, o lucro que a Companhia fez a partir de sua atuação no comércio de escravos foi muito inferior ao que poderia ter sido. Mas entraremos em mais detalhes sobre o tráfico de escravos mais adiante.

2.2 A ASCENSÃO DO COMÉRCIO ESCRAVISTA ENTRE AS DUAS COLÔNIAS HOLANDESAS

Em um período de crescimento cada vez maior do comércio de escravos, é importante notar que, além de serem utilizadas conchas *nzimbu* como moedas de troca, os próprios escravos passaram a ter um valor agregado tão alto que eles próprios eram utilizados como moeda para transações internacionais mais caras, enquanto o *nzimbu* era geralmente utilizado para comércios domésticos. (HEYWOOD, 2009, p. 11)

O comércio de escravos aumentava cada vez mais, e enquanto no século XVI já se havia começado a escravizar congolezes, no século XVII essa prática se

expandiu ainda mais. Anteriormente vimos que os escravos eram em sua grande maioria, escravos de guerra. Aos poucos, presos congolezes também podiam tornar-se escravos dependendo da seriedade do seu crime. Porém no século XVII, qualquer pessoa que não demonstrasse respeito e obediência podiam ser tomadas como escravas. Outros crimes que poderiam levar à escravidão de congolezes era o adultério com mulheres relacionadas aos homens da elite, bruxaria, e até mesmo por questões militares. Foi dito por Pieter Moortamer à Companhia das Índias Ocidentais que qualquer congolês militar que fugisse em combate seria submetido à escravidão juntamente com toda a sua família. (HEYWOOD, 2009, p. 16)

Os motivos para se escravizar alguém ficaram especialmente amplos durante a guerra civil do Congo que ocorreu após a batalha de Mbwila em 1665. A guerra civil desencadeada pela disputa pelo trono destruiu muitas instituições que protegiam os congolezes de serem escravizados. O Estado terminou por colapsar, perdendo sua capacidade de proteger o seu povo e aqueles que disputavam o trono do Reino do Congo começaram a escravizar pessoas que apoiavam seus concorrentes. Essa situação durou até o século XVIII quando o Estado entrou em um estado de anarquia. Esse momento de anarquia resultou em um cenário onde os manicongos e seus rivais começaram a manter escravos para proteção própria. Por exemplo, em 1685, o vice-general do Congo tinha seis mil escravos para sua proteção. (HEYWOOD, 2009, p. 18)

Antes de se tornarem os líderes de exportação de escravos em meados do século XVII, os holandeses já tinham experiência nesta área desde a fundação da WIC. Antes disso, o Estado baniu qualquer forma de escravidão. Seus primeiros contatos com o comércio de escravos foram a partir dos seus corsários. Em 1596 corsários holandeses capturaram um navio português e roubaram 130 escravos e os levaram para a cidade de Middelburg. Lá, o burgomestre, envergonhado, ordenou que os africanos tivessem sua liberdade restaurada. Porém o capitão do navio ignorou essas ordens e levou os escravos para as Américas. Não demorou muito para que essa prática se tornasse mais e mais comum. (KLOOSTER, 2016, p. 158)

O que fez o comércio de escravos na Holanda começar a aumentar foi a partir de 1620 quando a Holanda passou a ter suas próprias colônias e em 1621 com a criação da Companhia das Índias Ocidentais. Estabelecer um comércio de escravos estava na agenda da segunda reunião do Conselho da Companhia das Índias Ocidentais em 1621, principalmente porque com a conquista da maior área

produtora de açúcar do mundo, a WIC poderia colocar escravos para lá trabalharem em troca de um lucro maior para a Companhia. Mas ainda levariam 12 anos para a Companhia realmente se envolver ativamente no comércio de escravos no Atlântico. (KLOOSTER, 2016, p. 160)

Por causa disso, os holandeses entraram relativamente tarde no comércio de escravos. É essencial lembrar que por anos a escravidão não era bem vista pelas Províncias Unidas por causa do calvinismo. Assim, Usselincx sempre se opôs à utilização de escravos nas colônias. Dessa forma a exportação africana dos holandeses inicialmente eram concentradas em marfim e ouro. Mas suas demandas por escravos começaram a crescer após a conquista do nordeste brasileiro. Maurício de Nassau a princípio cogitou usar nos engenhos os serviços de homens brancos, mas temia que as autoridades mandassem um fluxo contínuo de emigrantes alemães por serem duros no trabalho. Assim, foi convencido de que não era possível realizar alguma coisa no Brasil sem escravos. (BOXER, 2004, p. 137)

Os *Herren XIX* perceberam o grande lucro que conseguiriam se entrassem para o comércio de escravos na África ocidental. Mas suas crenças não os deixavam entrar para este comércio tão facilmente. Após longas discussões, foi-se amplamente aceita a opinião emitida pelo reverendo Godfried Udemands de que a escravidão era legal em certas condições. Ele dizia que os escravos não poderiam ser vendidos a espanhóis e portugueses, pois ficariam expostos aos perigos do papismo, e que os escravos deveriam ser instruídos nos princípios da verdadeira religião cristã. (BOXER, 2004, p. 118)

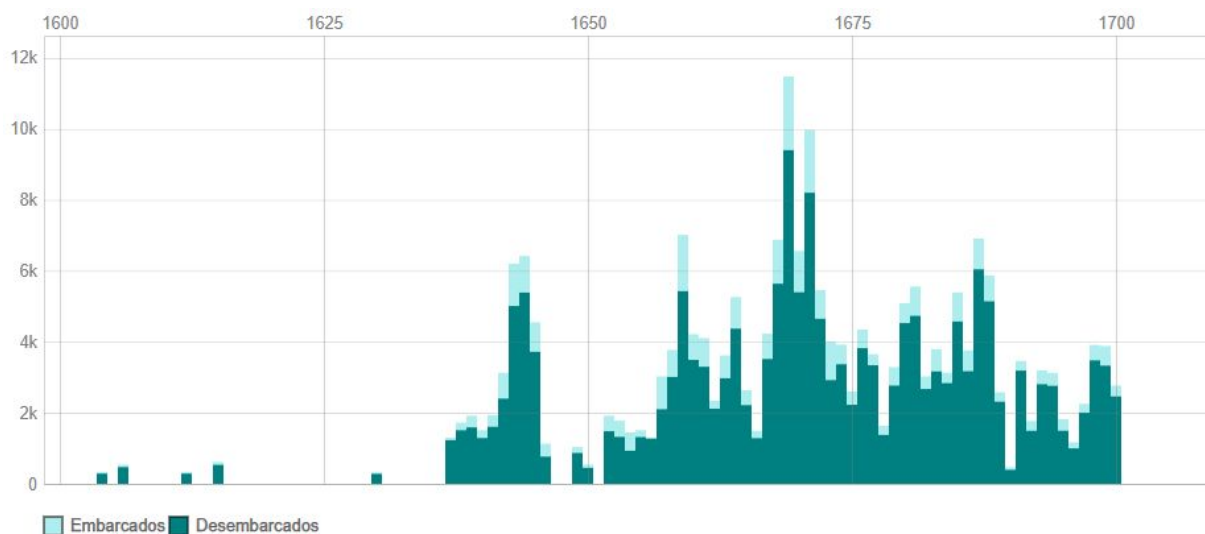
Em 1635 o Conselho da Companhia das Índias Ocidentais ordenou para que os capitães dos navios começassem a iniciar o a atuar no comércio de escravos na costa africana, onde agora os holandeses possuíam postos em Arguim, Goreia e Moree. Era comum ainda atacar navios portugueses e roubar seus escravos. A conquista de Luanda, Elmina e São Tomé por parte dos holandeses também está diretamente conectada à necessidade de mão-de-obra no nordeste do Brasil. A incorporação de Angola também era especialmente importante, visto que além de fornecer um fluxo constante de escravos, conquistar essa área ainda seria um ataque direto à Espanha e suas minas de prata. (KLOOSTER, 2016, p. 160)

No início da sua atuação no comércio de escravos, os holandeses cometeram vários erros. Por exemplo, eles achavam que qualquer africano poderia ser escravizado, enquanto na realidade, vimos que existiam exceções. Porém não

parecia que os holandeses se importavam tanto assim com isso, visto que segundo relatos, no primeiro carregamento de escravos enviados para o Brasil havia mulheres 'bem nascidas' enviadas do interior de Luanda. Outro erro foi que os holandeses subestimaram o valor dos escravos. Eles não sabiam que eram necessários uma diversidade tão grande de produtos para trocar por escravos. Às vezes eram necessárias vinte ou trinta *commodities* diferentes e a preferência por bens variava de um local para o outro. Os holandeses tinham até mesmo que se manter em dia com a moda, visto que em dado momento os rivais ingleses estavam negociando melhor porque traziam uma variedade nova de miçangas decorada com espirais amarelas e brancas. (KLOOSTER, 2016, p. 161)

O comércio de escravos era um negócio altamente lucrativo. Escravos eram comprados no Rio do Congo e vendido por 5 vezes o valor original no Brasil. Porém havia também muitos gastos: era necessário construir navios e pagar às tripulações. As condições dos navios eram muito precárias: Os comerciantes holandeses eram aconselhados a alimentar os africanos com carnes, peixes e alterar ração feita com milho e feijão. Mas a realidade é que sua alimentação era ainda pior, causando um grande número de mortes. Além disso, vários cativos pulavam do navio ou se envenenavam propositalmente. Estima-se que $\frac{1}{4}$ dos 1.800 africanos que foram enviados de Angola nos 6 meses depois de outubro de 1643 morreram durante a passagem. Os que chegavam vivos eram descritos como sombras e ainda corriam risco de pegar doenças como catapora, que chegou a matar 1000 escravos só na Paraíba em 1642. (KLOOSTER, 2016, p. 163)

Gráfico 1 - Volume de escravos embarcados e desembarcados pela Holanda ao longo do século XVII



Fonte: slavevoyages.com

Acesso em: 15 out. 2020

Podemos ver no gráfico acima o rápido crescimento do fluxo de navios entre a Holanda e a África no século XVII. O primeiro pico ocorre alguns anos após a criação da Companhia das Índias Ocidentais, aumenta próximo ao fim do século XVII e começa a regredir novamente no fim do século, por motivos que veremos mais adiante.

Em 1645, uma revolta incendiou diversas plantações de açúcar em Pernambuco, tornando-se impossível de vender escravos lá. Por causa disso, alguns escravos tiveram que ficar parados em Noronha ou no litoral, onde não tinham alimentos ou onde se abrigar. Eles eram obrigados a buscar refúgio em navios antigos que estavam ancorados e muitas vezes a única coisa que os africanos achavam para consumo eram ratos. Tornou-se claro que o escoamento de escravos para o Brasil holandês estava muito difícil. Nos últimos 9 anos de domínio batavo no Brasil, o número de escravos que chegavam em Recife não passava de 1.550. Assim se deu um novo início da história do comércio de escravos da Holanda. Os comerciantes holandeses começaram a exportar para colônias não-holandesas: Dos 202 navios de escravos holandeses com sua destinação conhecida, apenas 30 tinham como destino uma colônia holandesa. (KLOOSTER, 2016, p. 164)

Os holandeses se tornaram os líderes do comércio escravocrata no Atlântico. Do período de 1641 até 1670, os holandeses tiveram 300 viagens documentadas com o propósito de comercializar escravos, enquanto os ingleses tiveram 225 e os portugueses 71 e os espanhóis 21. Assim, 47% de todas as viagens transatlânticas de comércio de escravos foram realizadas por holandeses. (KLOOSTER, 2016, p. 164)

Apesar de terem acesso a escravos de diversas localidades africanas, os holandeses tinham tendência a preferir os que vinham da Angola. É interessante explicar, todavia, que os holandeses não sabiam distinguir entre as diversas etnias de escravos da África ocidental, e por isso davam-lhes nomes dependendo da costa africana de onde foram retirados. Sendo assim os Ardras, os Minas e os Calabares eram aqueles escravos que eram originários da alta Guiné e os Angolas, que vinham do Congo e da Angola. Os mais desejáveis naquela época eram os Bantos, que vinham da Angola, por serem mais numerosos. Por causa disso era mais fácil os escravos mais velhos ensinarem aos escravos mais novos recém chegados utilizado o seu idioma. Além disso, via-se um índice de mortalidade muito mais alto em escravos vindos da Guiné do que nos que vinham de Luanda, uma vez que a viagem sofria frequentemente atrasos. Já os Ardras eram regularmente vistos como rebeldes, porém quando decidiam trabalhar trabalhavam muito eficientemente, além de serem muito resistentes. Já os negros de Serra Leoa e Cabo Verde eram vistos como preguiçosos, mas as mulheres realizavam trabalhos domésticos muito bem. (BOXER, 2004, p. 194)

Foi percebido pelos manicongos no século XVII que os holandeses traziam bens com uma qualidade superior e preço inferior. Os neerlandeses não estavam envolvidos no comércio de escravos, ponto que seria ideal para os congueleses, que buscavam justamente se afastar da escravidão exacerbada trazida pelos portugueses no século XVI (GREEN, 2019, p. 213).

Em 1643, inclusive, o manicongo Garcia I escreve uma carta para Filipe Franco, o jesuíta responsável pela Luanda (que no momento estava ocupada pela Holanda): “No lugar de ouro ou prata ou outras coisas que poderiam servir de dinheiro em outros lugares, o comércio e o dinheiro são escravos que não são ouro nem tecido, são criaturas.” Isso fez dele, segundo Heywood, o primeiro líder do Reino do Congo a expressar esse dilema moral da prática da redução de escravos a valores monetários. Apesar disso, Garcia I ainda se utilizava de escravos para pagar

os portugueses e para presentear os holandeses em 1619. (HEYWOOD, 2009, p. 11)

Dessa forma, desde 1606 foram enviados diplomatas da província de Sonho para os holandeses. Em 1612 as tropas de Sonho ajudaram os holandeses a se defenderem de um ataque de forças portuguesas de Luanda. Forças congolezas também venceram os portugueses em uma batalha perto de Mbanda Kasi em 1622, fazendo com que o manicongo, Pedro II Mkanga Mbemba propusesse uma aliança com os holandeses para expulsar os portugueses da região. Todavia, após a morte de Pedro II, houve uma aparente aproximação entre o Reino do Congo e os portugueses. Isso aconteceu por que o sucessor de Pedro II, Garcia I Mbemba Nkanga era mais aberto politicamente e economicamente aos portugueses (GREEN, 2019, p. 214).

As tensões entre os congolezes e os portugueses voltaram a aumentar em 1630 quando o comércio escravo voltou a crescer, e quando os portugueses ascenderam ainda mais economicamente com as conquistas no nordeste do Brasil. Em 1638 o manisonho (líder da província de Sonho) afirmou que se eles tivessem apoio das tropas holandesas para expulsar os portugueses de Luanda, eles poderiam construir um forte no porto de Mpinda. Dessa forma, os portugueses deixam Luanda em 1641. (GREEN, 2019, p. 215)

Em sua obra, Toby Green enfatiza a relevância e de que forma a diplomacia do Reino do Congo se destacava entre os demais reinos ao seu redor, devido principalmente ao fato da elite ser alfabetizada. Assim, cartas entre os reinos africanos eram trocadas frequentemente, enquanto cada manicongo buscava alianças para usar em sua vantagem. Embaixadores do Congo eram frequentemente enviados a Portugal no século XVI e no século XVII para a Holanda e para o Brasil. Os embaixadores da província do Sonho, inclusive, entendiam latim muito bem. (GREEN, 2019, p. 216)

Era muito comum o envio de escravos como presentes. Por exemplo, o Manicongo Garcia I enviou vários escravos para os holandeses. Ele informa em uma carta para a Companhia das Índias Ocidentais que enviou entre 500 e 700 escravos em forma de compensação por despesas que estavam em seu nome. Ele também enviou em 1645 escravos para o Conselho de Recife e mais 200 para Maurício de Nassau. (HEYWOOD, 2009, p. 12)

A dinâmica entre os congoleses e os holandeses funcionavam muito bem. Apesar de religiões distintas (o Reino do Congo sendo cristão devido à influências portuguesas e as Províncias Baixas sendo calvinistas) eles se respeitavam mutuamente para se juntarem contra o inimigo comum: os portugueses. Eles tentaram inclusive convencer líderes na região de Luanda que haviam jurado fidelidade aos portugueses para se juntarem a eles, porém tropas brasileiras chegaram para prestar ajuda aos portugueses em 1648, culminando na derrota do Reino do Congo que foi obrigado a entrar em paz com os portugueses. (GREEN, 2019, p. 217)

Como podemos ver, ao longo do século XVII o Reino do Congo teve uma importância enorme na economia global. As guerras que marcaram esse período pelos holandeses, portugueses e pelos aliados africanos ocidentais em 1640 não eram só sobre o comércio de escravos, mas também quanto à agricultura. Muitas vezes antes dos navios zarparem em direção às Américas não havia comida suficiente para alimentar os escravos durante a longa viagem. Inclusive essa falta de víveres foi um dos principais fatores para os holandeses não conseguirem tomar o comércio de escravos entre a África ocidental e o Brasil. Os oficiais sempre reclamavam da falta de comida e navios demoravam meses até terem alimentos suficientes antes de finalmente poderem cruzar o Atlântico. (GREEN, 2019 p. 269)

Enquanto uma enorme quantidade de cativos estavam sendo enviados às Américas, eles eram comprados ilegalmente com prata vinda de Potosí, que depois era enviada à Luanda em navios negreiros e de lá para a Ásia para entrar na economia chinesa, e lá a prata era vendida a um preço ainda mais caro.

Em 1645 as guerra lutadas pelo Reino do Congo e os holandeses contra os portugueses chegavam em uma fase decisiva que resultaria no colapso da presença holandesa no Reino do Congo e sua saída de Luanda em 1648. Neste ano os holandeses perderam Luanda para os portugueses em 1648, ao mesmo tempo que o valor da prata caiu, até mesmo na China onde era mais valorizada. A consequência desse afronte por parte dos portugueses foi a Batalha de Mbwila em 1665 durante o reinado do manicongo Antônio I. A perda do Reino do Congo e a morte do manicongo resultou em uma guerra civil que ainda duraria muitas décadas. (GREEN, 2019, p. 271)

Essa guerra civil é uma consequência direta do ressentimento contra as elites e o seu colapso na batalha de Mbwila. O Reino do Congo tem um histórico de

rebeliões contra líderes impopulares. Essa guerra civil foi marcada pela disputa entre as duas maiores linhagens que reinavam o Congo: Kimpanzu e a Kinzala e fez com que o Reino do Congo por fim se separasse em vários pequenos reinos, se tornando no século XVIII uma sombra do que um dia fora, como veremos mais adiante. Outra consequência disso foi que em virtude ao número de conflitos na região, o comércio de escravos cresceu: mais de duas milhões de pessoas da África ocidental central foram escravizadas para serem vendidas no comércio do Atlântico. Esse número é quase o dobro do que visto anteriormente na mesma região. (GREEN, 2019, p. 274)

De toda forma, é importante também enfatizar que não foram só desgraças que tomaram conta do Reino do Congo no século XVIII. Inclusive foi nesse período que a arte congoleza evoluiu, e foi nesse momento que Jesus Cristo começou a ser representado como africano em crucifixos e artes religiosas congolezas.

Outros reinos próximos ao Reino do Combo também sucumbiram em meio às crises do século XVII. Nas proximidades de Kakonda, por exemplo, o líder foi morto pelos portugueses em 1690 após uma breve vitória em 1687. Lá, um forte português foi construído e já no século XVIII, a região teria se desintegrado e basicamente sumido do mapa. (GREEN, 2019, p. 275)

3. PERSPECTIVAS PÓS SÉCULO XVII

Apesar de sua hegemonia no século XVII o modo que a Holanda e a Companhia das Índias Ocidentais operavam levou ao seu gradual enfraquecimento. As Províncias Unidas foram um ator que uma vez tinha sido visto como um milagre por ter possessões na Ásia e no Atlântico e por ter conseguido invadir a colônia mais valiosa naquele momento (Pernambuco), terminou ficando para trás no século XVIII.

Um dos motivos para essa erosão foi, primeiramente, a criação de medidas protecionistas pelos rivais dos holandeses, como as políticas de exclusão espanholas, os atos de navegação ingleses e a legislação protecionista francesa. Com isso, os holandeses se tornavam menos competitivos no mercado, reduzindo a participação no comércio e na navegação no Atlântico em menos de 10% (EMMER, 2019, p. 339). Além disso, por ser um país pequeno quando comparado aos seus rivais, especialmente ao Reino Unido, a Holanda não tinha a mesma quantidade de recursos. Consequentemente também não tinham uma população tão numerosa, sendo assim difícil mandar muitos imigrantes para popular as colônias.

Emmer (2019, p. 340) afirma, todavia, que existem outros motivos além de culpar os concorrentes dos holandeses para explicar o declínio da sua hegemonia no Atlântico. Outra razão seria a que simplesmente a Holanda não conseguiu acompanhar o crescimento das demais potências que atuavam no Atlântico, devido aos baixos lucros dos investimentos holandeses naquela região. Outro fator foi a sua falha em enviar europeus para viverem nas colônias, perdendo de criar um mercado para os bens holandeses. Emmer (2019, p. 341) atribui o fato de ter poucos colonizadores em Pernambuco como um dos principais motivos para os holandeses terem perdido esse território. Os holandeses conseguiram manter suas possessões na África ocidental devido à alta mortalidade que impedia outras nações europeias de tentar invadir esses territórios. Fica assim, a impressão que os holandeses teriam lucrado muito mais na sua aventura no Atlântico se suas estratégias tivessem sido melhor elaboradas.

Emmer (2019, p. 343) afirma, então, que os holandeses foram os perdedores no Atlântico no século XVII. Ele faz uma comparação das medidas tomadas pelos britânicos com as ações tomadas pelos holandeses para explicar seu argumento. A

Inglaterra, por sua vez, fora um vencedor no mundo Atlântico nesse período: seus números de importação e exportação no Atlântico quadruplicaram no século XVIII.

Enquanto isso, nesse mesmo momento, os holandeses voltaram seu comércio para a Europa: em 100 navios saídos de portos holandeses, 80 tinham como destino a Europa e o Mediterrâneo, 5 iam para a Ásia e apenas 15 iam para o Atlântico (Emmer, 2019, p. 344). É um cenário muito diferente do cenário visto no capítulo anterior.

Na metade do século XVIII o Atlântico ofereceu mais oportunidades para crescimento do que a Europa, causando uma modesta transição do comércio. Seu investimento para o Atlântico não pôde ser mais considerável porque após o crescimento rápido da Holanda entre 1580 e 1620, a economia das Províncias Baixas passava por um período de estagnação. Enquanto isso, no mesmo período a economia da Inglaterra crescia:

O PIB per capita na Holanda teve seu pico em 1650 e teve um declínio nos 200 anos seguintes, enquanto entre 1500 e 1700 o PIB per capita na Inglaterra era muito inferior ao da Holanda mas quase duplicou no período entre 1700-1820. O mesmo aconteceu com a navegação europeia. A participação holandesa foi de 40% em 1650 e 12% em 1780; a participação inglesa aumentou de 12% para 26%. (EMMER, 2019, p. 346, tradução nossa)

Essa crescente erosão do que fora um dia a hegemonia holandesa no mundo Atlântico foi uma consequência direta do declínio do bem mais importante das Províncias Unidas até então: a Companhia das Índias Ocidentais.

3.1 O DECLÍNIO DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS

Como vimos no capítulo anterior, a WIC era muito mais do que um negócio, se destacando entre as demais *joint-stock* companies. Ela funcionava como uma sociedade. Mas nem isso a salvou de um declínio no fim do século XVII.

Também vimos que a conquista do Brasil foi particularmente cara. Juntando isso aos custos de grandes navios, constantes viagens transatlânticas que geraram despesas que não conseguiram ser pagas visto que o lucro gerado não foi nem perto do esperado, não é de se surpreender que a Companhia das Índias Ocidentais tenha sofrido um impacto tão considerável.

Para manter a WIC, cada província tinha que pagar individualmente, e as províncias demoravam bastante para pagar, principalmente a de Friesland. Já que nenhum lucro vinha das colônias, a WIC continuou se afundando em dívidas. Em 1649, cinco anos antes da degeneração da WIC, estimava-se que a dívida já estava em 36 milhões de florins, enquanto o investimento inicial acumulado pela WIC duas décadas antes fora de 7 milhões. Apesar disso a Companhia foi mantida como prioridade pelas Províncias Unidas até 31 de dezembro de 1671, pois em 1663 os *Herren XIX* pediram para que o alvará da Companhia das Índias Ocidentais fosse estendido. (ODERGARD, 2019, p. 94)

Em 1666, a Companhia estava tão cheia de dívidas que ela já não conseguiria financiar o comércio com a África. Em 1668 os diretores afirmaram aos investidores que eles poderiam investir novamente. Esse novo capital seria guardado separadamente, longe das dívidas já acumuladas, e seria investido somente no comércio na África, sendo o lucro dividido futuramente entre a Companhia e os investidores. A quantidade acumulada fora suficiente para que a Holanda continuasse suas operações na Costa do Ouro, mas, no mesmo ano, os *Herren XIX* cobraram as dívidas acumuladas desde a invasão do Brasil, uma vez que a colônia já estava dada como perdida. Apesar de no *settlement* com Portugal ter sido negociado que Portugal iria ajudar com as dívidas geradas pelo nordeste Brasileiro, o Estado custava em pagar sua parte. (ODERGARD, 2019, p. 95)

Foi decidido então reorganizar a Companhia. A principal preocupação era conseguir novos investimentos. Uma alternativa sugerida uma vez que os acionistas não desejavam mais investir seu próprio dinheiro na WIC fora investir na Companhia das Índias Orientais que havia sido mais bem sucedida até então, para que assim ela entrasse no comércio de ouro e, a partir do lucro gerado, seria comprado um milhão em ações da WIC. Mas a proposta foi rejeitada pelos diretores da Companhia das Índias Ocidentais. (ODERGARD, 2019, p. 96)

É importante enfatizar que não era viável terminar a Companhia e leiloar seus bens porque o lucro da venda não seria capaz de quitar as dívidas que só se acumulavam. Continuar com as operações da Companhia tinha mais chances de se obter um lucro maior, além de também ser a única forma de defender as propriedades holandesas na África. Além disso, em 1671 ficava claro que a Holanda entraria em guerra em breve com a França, e no contexto de guerra, nenhum mercador iria investir em um negócio do outro lado do mundo. Nesse contexto, os

debates sobre o futuro da WIC pararam e só voltaram em 1674, quando a situação já estava estável novamente.

Em setembro desse ano, foi elaborado um novo alvará para a Companhia. Ele dizia: “Os negócios da Companhia passaram por tantos desastres que chegou em um estado em que seus participantes não querem dar continuidade à mesma; assim aprovamos em dissolver e destruir a Companhia das Índias Ocidentais.” (ODERGARD, 2019, p. 97). O autor chama a atenção para o uso do verbo destruir. Nenhum bem da WIC seria vendido ou leiloado, nenhum funcionário seria demitido e os diretores ainda desfrutavam dos seus privilégios (apesar do desgosto que isso trazia aos acionistas).

Os investidores eram tratados de outra forma diferenciada quando comparado aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais. Seus investimentos iniciais foram transferidos à nova Companhia, recebendo ainda ações com o valor de 15% das ações antigas. Havia ainda os ex-funcionários que não haviam recebido salários e receberam títulos em troca, tais como o ex-governador geral do Brasil Maurício de Nassau, que recebeu 350.000 florins em salários atrasados. (ODERGARD, 2019, p. 98)

É importante afirmar, contudo, que apesar dessas novas medidas, a Companhia das Índias Ocidentais continuava na mesma situação. Apesar da aparente melhora, estas eram apenas promessas falsas, que só funcionavam teoricamente, já que, no fim, a Companhia não tinha se desfeito ou vendido de nenhum bem. A WIC teria apenas transferido ações.

Para conseguir mais capital, a Companhia pediu para que os investidores depositassem 4% do valor de suas ações na “nova” Companhia. Caso isso não fosse feito, as suas ações seriam dadas como sem valor. Eventualmente a Companhia conseguiu acumular cerca de 1.2 milhão de florins em capital, que era muito mais vantajoso do que o valor em ações. (ODERGARD, 2019, p. 98)

Apesar da mudança trazida em questão de capital, o novo alvará não mudou a mais importante característica da Companhia. A “nova” Companhia manteve sua estrutura de 5 câmaras. Teve, todavia, uma redução no número de diretores para 50. Os *Herren XIX* foram reduzidos a 10, se tornando *Herren X*. Os poderes do diretores foram reduzidos, pelo menos quando comparados aos seus poderes na primeira Companhia. Enquanto entre 1660 e 1670 os acionistas acusavam os diretores de serem detentores de poder demais e de não serem claros quanto aos

gastos da Companhia, agora os diretores tinham que ter total transparência da situação financeira da Companhia a cada três anos. Além disso foi instituída uma nova maneira de eleger os diretores: $\frac{1}{3}$ era formado por diretores da antiga Companhia, $\frac{1}{3}$ seria eleito pelos acionistas e $\frac{1}{3}$ pelos detentores de títulos da Companhia. (ODERGARD, 2019, p. 99)

Apesar dessas pequenas mudanças, a atuação da Holanda no Atlântico permaneceu, porém de uma forma diferente. A reforma da WIC veio em um momento de guerra contra a França e a Inglaterra que quase resultou no colapso das Províncias Unidas. O período de 1670 foi o último momento em que a Holanda poderia considerar expandir as suas propriedades no Atlântico. Enquanto essa década foi marcada pelo aumento na quantidade de navios holandeses nos mares atlânticos, nenhum deles eram de expedições da Companhia das Índias Ocidentais.

Nesse período a Holanda tentou recapturar colônias antigas que haviam sido perdidas, como Cayenne, Tobago, St. Marteen e Marie-Galante. Mas a única que permaneceu como colônia foi St. Marteen. Todas essas expedições foram, segundo Odergard (2019, p. 101) uma decisão espontânea e improvisada por almirantados ao invés de serem feitas por um pessoal especializado. Faltava assim uma estratégia coerente ou planos para as colônias. As colônias terminavam por fim sendo negociadas em tratados de paz.

O que a Holanda faltava era um grupo que estabelecesse um interesse atlântico, tal como fora a antiga Companhia das Índias Ocidentais. Porém com o desmanche da antiga WIC, a “nova” Companhia de mesmo nome não fora capaz de fazer o mesmo:

Embora estudiosos tenham dito nos últimos anos que os holandeses foram os intermediários ou os *brokers* do Atlântico, não se pode ignorar o fato de que as Províncias Unidas eram surpreendentemente ruins em reter suas possessões nas suas colônias do Atlântico. (ODERGARD, 2019, p. 101, tradução nossa.)

A deterioração da Companhia das Índias Ocidentais causou um grande impacto no âmbito do comércio de escravos com os holandeses. Porém, o século XVIII foi marcado, de forma geral, por um crescimento desse comércio. Enquanto novos atores surgiam para tomar o lugar hegemônico que a Holanda uma vez ocupara no século anterior (tal qual a Inglaterra), a Holanda ficava cada vez mais fraca nesse comércio.

3.2 O COMÉRCIO DE ESCRAVOS NO SÉCULO XVIII

Com a guerra civil iniciada durante o século XVII no Reino do Congo devido à batalhas pelo trono, o número de cativos capturados aumentou consideravelmente, fazendo com que o tráfico de escravos aumentasse nesse período. Essa guerra civil resultou na fragmentação do Reino do Congo em diversas províncias menores no século XVIII. Essas províncias menores, por sua vez, também entraram no comércio de escravos. Como por exemplo, Loango, que fica a norte do Reino do Congo, que antes era um exportador de cobre, passou a ser um dos mais importantes atores no comércio de escravos nesse século.

Ademais, os diversos comerciantes de escravos, em uma tentativa de se proteger de outros comerciantes que iniciavam batalhas com o intuito de roubar e escravizar sua concorrência e seus escravos, utilizavam seus cativos para sua própria defesa. O missionário Rafael de Castello de Vide cita que o líder de Mpemba, Dom Afonso, controlava 50 *settlements* de escravos. Ele observou que eles eram utilizados para sua defesa pessoal. Esses eram os chamados escravos soldados. (HEYWOOD, 2009, p. 19)

Na segunda metade do século XVIII os líderes das províncias que antes faziam parte da jurisdição do Reino do Congo, e que tinham sob seu controle esses escravos soldados detinham agora também o poder de decisão sobre a seleção do próximo rei. Antes, um processo que era fortemente relacionado à família e à linhagem, passa a ser um processo de escolha baseado em poder. Inclusive o próximo rei, Álvaro XI, ao ser coroado, foi lembrado que ele devia sua posição a estes líderes, e que ele não estaria acima de nenhum deles. (HEYWOOD, p. 19)

Com guerras civis e constante lutas pelo reino, as elites enfraqueceram. Dentro desse contexto, surgiram diversas outras identidades à medida em que antigas aristocracias caíam. Enquanto a visão do europeu para com a África era estática, segundo Green (2019, p. 275) na verdade vários clãs proliferaram, e novas sociedades e etnias surgiram.

Vimos anteriormente como no século XVII o tráfico de escravos alcançou seu pico no mundo Atlântico. O preço de cativos chegou ao máximo em um momento de tantas demandas. No fim do século XVII, quando foram descobertas as minas de ouro no Brasil, o ouro africano perdeu seu valor. Assim, muitos reinos africanos que

exportavam outros bens, tais como a Costa do Ouro, também tiveram que se voltar para a exportação de cativos. Era uma época em que pessoas eram vistas como capital. Segundo Green (2019, p. 279, tradução nossa):

Enquanto pessoas eram capturadas em guerra entre estados vizinhos, se tornavam reféns por dívidas e sequestradas em revoltas ou legalmente escravizadas por crimes contra estados cada vez mais autoritários, cativos na África Ocidental se tornaram parte do sistema econômico mundial que resultou em um acúmulo do capital. Foi assim que pessoas escravizadas tornaram-se dinheiro.

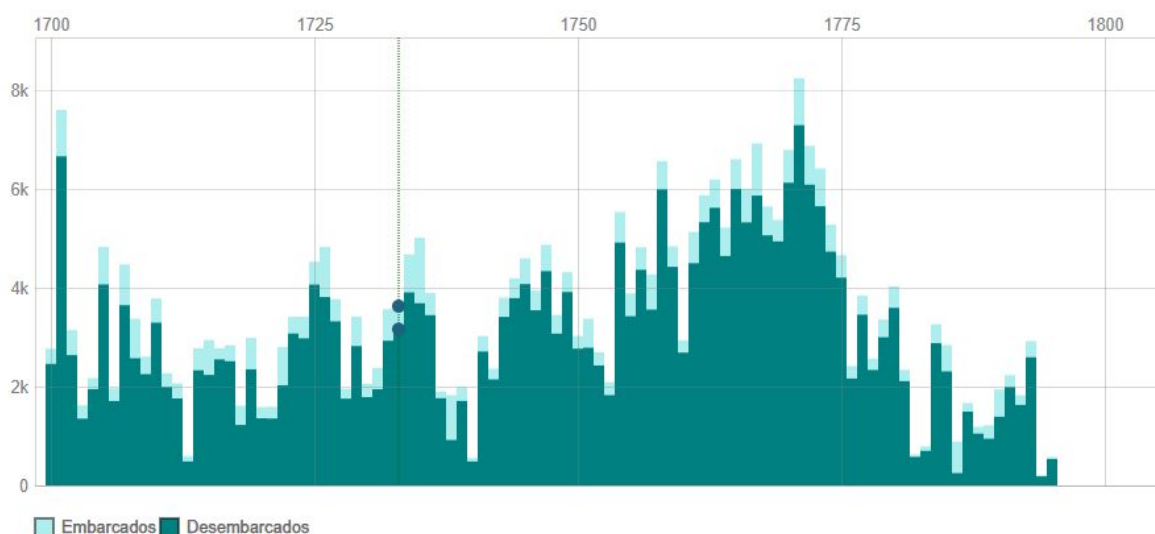
Porém, ao fim do século XVIII, houve uma estagnação do comércio de escravos por parte dos holandeses. Isso se deu em grande parte pela forma que os comerciantes eram pagos, devido à falta de dinheiro vindas das colônias holandesas. Os proprietários usavam cartas de câmbio sacadas nas casas mercantis com fornecedores de hipotecas na Holanda para pagar pelos escravos. Assim, o pagamento pelos escravos era recebido no retorno do navio ao porto de origem. Porém com o *crash* da bolsa de valores em Amsterdã, o pagamento era feito na hora e era recebido pela companhia marítima, fazendo com que o comércio caísse rapidamente. Enquanto isso, o comércio escravista inglês crescia e se tornava ainda mais competitivo. Para conseguir competir com os ingleses, os escravos tiveram que ser liberados de impostos e taxas. (EMMER, 2014, p. 352)

Após terem perdido o Brasil, os holandeses focaram seus investimentos no Caribe, mais especificamente em Barbados, querendo criar lá um “segundo Brasil”. Porém em sua atuação no Caribe, os holandeses não conseguiram se destacar. Apesar do volume de escravos ter aumentado em Barbados no século XVII, nem todos os escravos lá comprados eram trazidos pelos holandeses. A Inglaterra tinha instituído em 1651 os primeiros Atos de Navegação que proibiam os comerciantes de comprar escravos de qualquer outro navio que não fosse inglês. Isso só aconteceu porque, nesse período, os ingleses já se destacavam mais na região e detinham de um crescente poder marítimo.

O século XVIII foi marcado por uma diminuição ainda mais forte desse poderio holandês, na medida em que os britânicos, franceses, americanos e até dinamarqueses dominavam o Atlântico e se envolviam no comércio escravista em Cuba.

Gráfico 2 - Volume de escravos embarcados e desembarcados pela Holanda ao longo do século XVIII

Linha do Tempo: Número de cativos embarcados e desembarcados por ano



Fonte: slavevoyages.com

Acesso em: 02 nov. 2020

Ao comparar esse gráfico com o gráfico apresentado no capítulo anterior, percebemos uma diminuição considerável do fluxo de navios negreiros holandeses no Atlântico do século XVII para o século XVIII.

Sigismund Koelle, um missionário alemão e estudioso das línguas fez um levantamento de dados em torno de 1850 e os publicou em 1854 na sua obra *Polyglotta Africana*. De acordo com relatos de 179 escravos, o estudioso levantou os seguintes dados:

Quadro 1: Métodos de escravidão no século XIX

Método de escravidão	Porcentagem
Prisioneiros de guerra	24,3%
Sequestro ou apreendido	40,3%

Vendido ou enganado por familiar, amigo, etc.	19,4%
Por processo jurídico	16,6%

Fonte: <https://voxeu.org/article/understanding-long-run-effects-africa-s-slave-trades>

Acesso em: 04 nov. 2020

A partir desse quadro, percebemos que os métodos para se capturar cativos e obter escravos permanecem os mesmos desde o aumento da demanda de escravos por parte dos portugueses no século XVI, enquanto eles comercializavam com o Reino do Congo. Apesar do distanciamento dos holandeses do comércio escravista no Atlântico, o tráfico de pessoas ainda era muito presente.

3.3 - MUDANÇAS NO REINO DO CONGO DEVIDO AO COMÉRCIO ESCRAVISTA

O Reino do Congo, antes um reino próspero e que se destacava entre os demais localizados na África ocidental terminou fragmentado. Desde 1657, a rota de Luanda para Matamba estava vazia e deserta. Em 1684 relatou um oficial que você poderia caminhar durante dias seguidos sem achar uma vila. Green (2019, p. 302, tradução nossa) cita um outro relato do século XVII:

“No passado, quando Angola não tinha uma área de terra sem estar povoada, havia sempre confusão nos mercados.. porém agora, eles estão reduzidos à tamanha penúria que tem-se que viajar durante três meses por caminhos desertos até chegar aos mercados.”

Não foi somente a guerra civil que resultou nesse estrago. Mas também os anos de combate para obtenção de escravos. Homens novos se envolviam ainda cedo no tráfico para obterem proteção dos chamados ‘chefes de guerra’. O medo da guerra transformou práticas militares, agrícolas e até arquitetônicas. As vilas em Gâmbia foram descritas como tendo obstáculos e torres para que arqueiros pudessem disparar flechas contra inimigos que se aproximavam. (GREEN, 2019, p. 303)

O autor MacGaffey (2008, p. 56) cita traduções do missionário suíço K. E. Laman, que aplicou questionários ao povo da região do Reino do Congo (falantes nativos de KiKongo, idioma falado no antigo Reino do Congo e em alguns países africanos até hoje) em 1915. A partir dessa informação recolhida, podemos perceber as marcas deixadas na sociedade congoleza pela escravidão. Seu artigo é composto por diversos relatos da escravidão no século XIX. Apesar de não serem relatos do século predominantemente estudado nesse trabalho, acho relevante trazer essas informações para que as histórias dos escravos aqui estudados não sejam reduzidas a números e a uma mera análise econômica.

MacGaffey (2008, p. 59) afirma que não existe a palavra “escravo” em KiKongo. As palavras que mais se aproximam são *muzumbwa* (pessoa comprada) e *mvika* (pessoa pertencente a outra pessoa). Todavia, a tradução varia de local para local.

Makundu da região de Mukibungu descreve que escravos viravam escravos pela falta de audição às ordens. Ele afirma, por exemplo, que um homem que toma a mulher de outro homem poderia ser escravizado, ou uma mulher que foge do seu casamento. Na mesma medida, um clã poderia vender seu próprio caso estivesse em uma situação financeira ruim. (MacGaffey, 2008, p. 62)

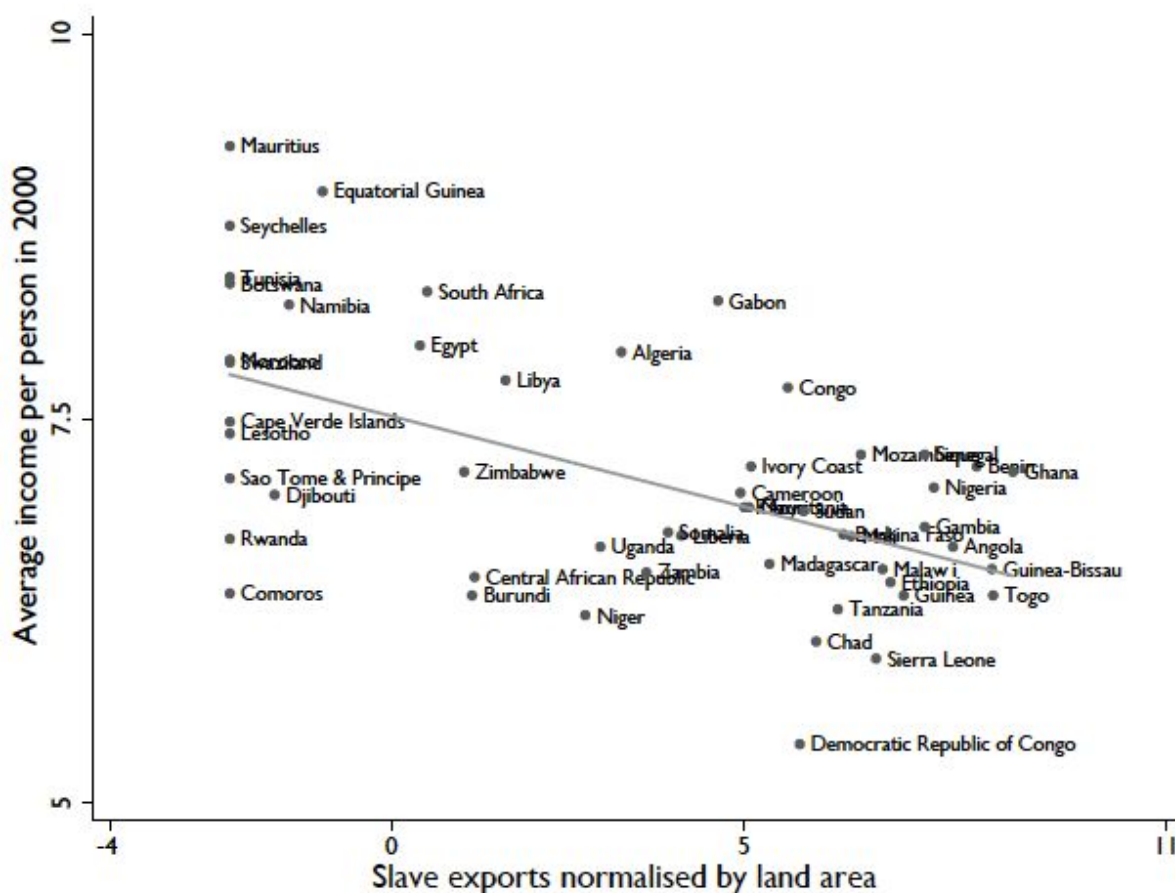
Ao perguntar sobre direitos de escravos, Laman recebeu respostas interessantes. Maduda disse: “O direito (*lendo*) do escravo é esperar que seus donos o deixem voltar ao seu país; isso o faria muito feliz.”. Outras respostas incluíam que os escravos não tinham direitos, e que eles eram completamente submissos ao seu dono, e caso eles não o obedecessem, poderiam ser vendidos novamente ou mortos. Kingoyi afirma que os escravos tinham que ser obedientes aos seus donos devido ao dinheiro que seus mestres haviam pagado por ele. Caso as pessoas compradas fossem indisciplinadas elas poderiam sofrer retaliações fortes, como por exemplo ter pimenta colocada em seus olhos e ânus. (MacGaffey, 2008, p. 67)

Ao serem perguntados sobre fugas, os entrevistados usavam termos como “roubar a si mesmo”, pois fugir significava roubar a propriedade do seu mestre, mesmo que a propriedade fosse o próprio escravo. É importante enfatizar que, escravos eram para sempre vistos como escravos. Mesmo se algum conhecedor seu o comprasse de seu dono, ele ficaria para sempre em dívida com aquela pessoa, e seria eternamente visto como escravo dentro de sua comunidade.

Kiananwa expressa compaixão ao relatar sobre o processo de venda dos africanos, ao afirmar que cenas horríveis aconteciam, tal como as mães furando os olhos dos próprios filhos ou machucando-os de outra forma para evitar que fossem vendidos. (MacGaffey, 2008, p. 74)

Nunn (2017) traz em seu artigo *Understanding the long-run effects of Africa's slave trades* uma correlação entre os países mais subdesenvolvidos do continente Africano na atualidade e as áreas de maior fluxo de comércio de escravos dos séculos XVI ao século XVIII. Esse cálculo foi feito levando em consideração o número de navios saídos em cada porto Africano.

Gráfico 3: A relação entre as exportações de escravos e o PIB per capita em 2000.



Fonte: <https://voxeu.org/article/understanding-long-run-effects-africa-s-slave-trades>

Acesso em: 04 nov. 2020

Vemos a partir desse gráfico, uma correlação entre o PIB per capita e a quantidade de fluxo de escravos por parte dessa região nos séculos passados.

Percebemos que, quanto mais ativa foi a participação desses países no comércio de escravos, menor e o PIB per capita.

Outra análise feita pelo autor é que os países que mais exportavam escravos eram os mais desenvolvidos durante os anos em que o tráfico estava ativo, como vimos anteriormente quando o mesmo ocorreu com o Reino do Congo: analisamos no subtópico anterior como a forma que um Reino que antes se destacava entre os demais ao redor, detentor de muito poder e que controlava diversas províncias, foi reduzido a desertos após os anos de escravidão da população e das guerras civis que vieram com ela.

Nunn (2017) traz os dados do ano 2000, mostrando como os níveis médios de renda per capita dos países africanos é \$1.834, que é significativamente mais baixo do que no resto do mundo, que por sua vez é em torno de \$8.809 e que ainda assim é menor que a renda per capita de países em desenvolvimento. De acordo com Nunn (2017), se o tráfico de escravos não tivesse ocorrido, 72% da diferença entre a renda média entre os países africanos e o resto mundo não existiria, e 99% da diferença de renda entre os países africanos e outros países em desenvolvimento não existiria. Segundo Nunn (2017): “Em outras palavras, se o comércio de escravos não tivesse existido, a África não seria a região menos desenvolvida do mundo, e teria um nível de desenvolvimento similar à América Latina ou à Ásia.”

Outros estudos feitos pelo mesmo autor mostram como a escravidão também influenciou negativamente no fracionamento étnico e no subdesenvolvimento de estruturas políticas principalmente em locais próximos aos portos em que escravos embarcavam e desembarcavam.

Outro ponto interessante trazido pelo autor é que como durante grande parte dos anos as pessoas escravizavam ou vendiam seus próprios parentes e amigos, isso criou uma cultura de desconfiança. Essa característica foi passada de geração em geração e perdurou muito além do fim do comércio de escravos, e se espalhou para outros âmbitos das sociedades dos países africanos.

Outra consequência cultural notada por Nunn (2017) foi a poligamia. Como na Companhia das Índias Ocidentais existia uma clara preferência por escravos homens, menos homens ficaram no continente africano. Dessa forma, estudiosos concluíram que essa seria a explicação primária para o motivo pelo qual a poligamia é muito mais presente na África ocidental do que na África oriental. Essa mesma escassez de homens na África durante esse período. Esse fato resultou inclusive em

mulheres tomando lugares majoritariamente masculinos naquele momento, principalmente trabalhos manuais como na agricultura e no exército, muitas vezes também tomando lugares de liderança. Isso procedeu em números maiores de mulheres trabalhando com trabalhos nessas áreas hoje em dia na região.

De acordo com a base de dados de viagens transatlânticas (slavevoyages.org), 6.494.619 africanos foram escravizados no Atlântico entre 1701 e 1800. Estudos continuam mostrando a forma como a escravidão foi prejudicial para o continente Africano. Mesmo tendo ocorrido diversos séculos atrás foi um evento responsável por moldar a sociedade e cultura do continente africano até o século XXI. Por isso é importante o estudo, análise e ponderar sobre esse acontecimento até hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente trabalho, podemos ver como se deu o envolvimento do Reino do Congo com o Brasil holandês no século XVII.

No primeiro capítulo, expliquei primeiramente a teoria de sistema-mundo e a partir de que forma essa teoria vai nos ajudar a responder a pergunta problema desta monografia: de que forma se deu o tráfico de escravos entre o Reino do Congo e o Brasil holandês no século XVII?

O ponto central da teoria de Wallerstein é que em um sistema-mundo, existem atores que se relacionam de forma desigual: os Estados periféricos, os Estados semiperiféricos e finalmente os Estados centrais. Enquanto os centrais produzem bens industrializados, os Estados periféricos produzem bens essenciais. Há uma clara divisão de trabalho, onde os Estados centrais impõem regras e compram os bens essenciais dos Estados periféricos e os Estados periféricos têm que importar bens de luxo dos Estados centrais.

Apesar dessa teoria ter sido escrita para um mundo pós Revolução Industrial, podemos aplicar essa teoria ao cenário que é objeto de estudo deste trabalho. Primeiramente, o próprio autor afirma que essa teoria é aplicada ao mundo moderno, e ele mesmo afirma em sua obra que a história moderna se inicia no século XVI e que o sistema interestatal era uma consequência direta da teoria de sistema-mundo. Dessa forma, aplicando essa teoria ao tema do trabalho, podemos ver as Províncias Unidas como países de centro e suas colônias (o Reino do Congo e o Brasil holandês) como países periféricos. Ainda que neste momento as Províncias Unidas serem submissas à coroa espanhola, podemos colocá-la como país de centro devido ao seu status hegemônico naquele momento. As Províncias Unidas, com seu avanço tecnológico no âmbito naval, foi um dos atores mais presentes no mundo Atlântico no século XVII. Para exemplificar isso, me utilizei do Brasil holandês, a principal e mais estimada colônia das Províncias Unidas. Assim, foi abordado a conquista do Brasil e os anos iniciais do governo holandês no nordeste brasileiro.

Ainda no primeiro capítulo, contextualizei o Reino do Congo no cenário do mundo atlântico e do tráfico de escravos. Observamos como já existiam escravos antes da chegada dos europeus no território do Congo, mas que era diferente do

estilo de escravidão adotada pelos europeus. Com a chegada dos portugueses, percebemos o Reino do Congo modificando sua política, sua cultura e sua religião para se encaixar nos interesses portugueses, em uma tentativa de se destacar economicamente e tecnologicamente entre os demais reinos africanos.

Inicialmente foi visto sim um crescimento econômico no Reino do Congo em virtude da aproximação com os portugueses. Todavia, também vimos um aumento no número de escravizados. Enquanto anteriormente eram escravizadas pessoas de diferentes reinos capturadas em guerras, agora até o próprio povo do Congo estava sendo escravizado para atender às demandas dos portugueses. As pessoas capturavam seus próprios familiares e os vendiam em uma tentativa de sobreviver e conseguir dinheiro, seja por ganância ou por pura necessidade. Essa corrida pela exportação de escravos terminou desencadeando diversos conflitos e guerras civis, levando os congolese a se voltarem aos comerciantes holandeses.

No segundo capítulo, focamos em como ocorreu efetivamente o comércio de escravos entre os holandeses e o Brasil holandês durante o século XVII. Para explicar esse tipo de comércio, iniciamos o capítulo falando ainda do afastamento entre os congolese e os portugueses. Posteriormente abordamos sobre a Companhia das Índias Ocidentais, a sua criação e a sua atuação, explicando como funcionava os *Herren XIX* e seu diferencial quando comparada à sua irmã a Companhia das Índias Orientais e às demais *Joint Stock Companies*.

Neste capítulo observamos também como se deu o comércio de escravos, desde aspectos mais econômicos, como a quantidade que era exportada no século XVII (me utilizando da base de dados do slavevoyages.com) e o preço pelo qual os escravos eram vendidos até aspectos mais sociais, como a forma que os escravos eram capturados, e como eram tratados. Busquei abordar esse lado social para que o trabalho não focasse só em escravos como números e como estatística, mas sim como seres humanos que existiram, sofreram, e que jamais devem ser esquecidos.

No terceiro capítulo, abordamos a mudança de paradigma do Reino do Congo e das Províncias Unidas no âmbito do comércio de escravos. A atuação dos congolese nesse comércio resulta em guerras civis e guerras pela tomada do trono, ocasionando na fragmentação do Reino que um dia fora próspero e independente, se destacando entre os demais Reinos próximos. A Companhia das Índias Ocidentais enfraquece devido à perda do nordeste brasileiro. É analisado neste capítulo as causas da fragmentação da Companhia que um dia fora tão próspera e

os erros cometidos pelos holandeses na sua administração que acabaram na sua eventual falência. É discutido também nesse capítulo as perspectivas do comércio de escravos para o século XVIII, e como a Companhia se voltou para o Caribe em uma tentativa de continuar atuando no comércio de escravos, mas nunca atingiu o número de exportações que foi atingido durante o seu ápice. Novamente me utilizei dos dados do slavevoyage.com e fiz uma comparação com o gráfico e números apresentados no capítulo anterior.

Por fim, para concluir o trabalho, faço uma análise das consequências do comércio de escravos para o antigo Reino do Congo e os demais reinos do ocidente da África que também carregam o fardo e os efeitos da escravidão até os dias atuais, como podemos ver ao comparar os PIBs per capita dos países que participaram mais ativamente no tráfico de humanos nos séculos anteriores.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ALONSO, Angela (org). *Bloco qualitativo: métodos de pesquisas em ciências sociais*. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.

BOXER, R. Charles. *Os Holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1961.

CORREIA, Stéphanie Caroline Boechat. *O Reino do Congo e os miseráveis do mar: O Congo, o Sonho, e os holandeses no Atlântico 1600-1650*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

EMMER, Pieter C. *The Rise and Decline of Dutch Atlantic , 1600-1800*. In: OOSTINDIE, Gert. ROITMAN, Jessica V. *Dutch Atlantic Connections, 1680-1800: Linking Empires, Bridging Borders*. Leiden: Brill, 2014.

GREEN, Toby. *A Fistful of Shells: West Africa from the Rise of the Slave Trade to the Age of Revolution*. Londres: Editora Penguin, 2019.

HAIR, P. E. H. *The Enslavement of Koelle's Informants*. *The Journal of African History*, Cambridge, Vol. 6, No. 2. 1965. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/180197?seq=1>> Acesso em: 30 out. 2020

HEYWOOD, Linda M. *Slavery and Its Transformation in the Kingdom of Kongo: 1491-1800*. *The Journal of African History*, Cambridge, vol. 50, no. 1, 2009. Disponível em: <www.jstor.org/stable/40206695>. Acesso em 22 out. 2020.

KLOOSTER, Wim. *The Dutch Moment: War, trade and settlement in the seventeenth-century atlantic world*. Ithaca: Cornell University Press, 2016.

MACGAFFEY, Wyatt. *Kongo Slavery Remembered by Themselves: Texts from 1915*. *The International Journal of African Historical Studies*, Boston, Vol 41, No 1, 2008.

Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40282456?read-now=1&seq=1>> Acesso em: 05 nov. 2020

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2010.

NASCIMENTO, Rômulo Xavier do. *“Pelo lucro da companhia”: aspectos da administração no Brasil holandês, 1630-1639*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Recife: 2004

NASCIMENTO, Rômulo L. X. do. *O Desconforto da Governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: 2008.

NUNN, Nathan. *Understanding the long-run effects of Africa’s Slave Trades*. VoxEu. 27/02/2019. Disponível em: <<https://voxeu.org/article/understanding-long-run-effects-africa-s-slave-trades>> Acesso em: 04 nov. 2020

ODEGARD, Erik. *Recapitalization or Reform? The Bankruptcy of the First Dutch West India Company and the Formation of the Second West India Company, 1674*. Itinerario - European Journal of Overseas History, Cambridge, 43(01):88-106. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332932128_Recapitalization_or_Reform_The_Bankruptcy_of_the_First_Dutch_West_India_Company_and_the_Formation_of_the_Second_West_India_Company_1674> Acesso em: 06 nov. 2020

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

UNESCO. *Coleção História Geral da África, vol. v: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010.

VAN WELIE, Rik. *Slave Trading and Slavery in the Dutch Colonial Empire: A Global Comparison*. New West Indian Guide, Leiden, Vol. 82, no. ½, 2008. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/43390702?seq=1>> Acesso em: 20 de setembro de 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System, vol. I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Londres: University of California Press, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System, vol. II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy*. Londres: University of California Press, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems Analysis: An introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press (Virtual Publishing), 2003.